

VIII SEMINÁRIO LEGISLATIVO DE ARQUITETURA E URBANISMO

As transformações
no mundo do trabalho



RELATÓRIO EXECUTIVO

RELATÓRIO EXECUTIVO

VIII SEMINÁRIO LEGISLATIVO DE ARQUITETURA E URBANISMO

As transformações
no mundo do trabalho

26 e 27 de outubro de 2021
Brasília/DF

VIII Seminário Legislativo de Arquitetura e Urbanismo: Relatório Executivo

Organização:

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Coordenação:

Luciana Rubino

Redação e edição:

Caio Leal

Christiana Pecegueiro

Conceição de Freitas

Júlia Valença

Revisão:

Christiana Pecegueiro

Joyce Mendonça

Luciana Rubino

Projeto Gráfico:

Joaquim Olímpio e Gabriel Córdova (Agência Comunica)

C755m

VIII Seminário Legislativo de Arquitetura e Urbanismo: Caderno de Trabalho / Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. – Brasília: CAU/BR, 2022XXXp.: il.; 15x21cm.

1. Arquitetura (720). 2. Urbanismo (911.375.5). 3. Leis (348).
I Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. II Título.

CDD: 720

SUMÁRIO

O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL	6
A ASSESSORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E PARLAMENTARES DO CAU/BR	7
PRODUTOS DA ASSESSORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E PARLAMENTARES	9
AGRADECIMENTOS	12
APRESENTAÇÃO	13
PROGRAMAÇÃO	14
MESA DE ABERTURA	16
PALESTRA DE ABERTURA	22
MESA 1 - CONJUNTURA GLOBAL E A AMPLIAÇÃO DO TRABALHO PARA ARQUITETURA E URBANISMO	25
Palestra	26
Mediação da Mesa 1	29
Debates da Mesa 1	30
Encerramento da Mesa 1	35
MESA 2 - OS ARQUITETOS E URBANISTAS E AS RELAÇÕES DE TRABALHO	36
Palestra	37





Mediação da Mesa 2	42
Debates da Mesa 2	44
Encerramento da Mesa 2	49
Encerramento do primeiro dia	50
MESA 3 - DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO TRABALHO DO ARQUITETO E URBANISTA NA VISÃO DAS ENTIDADES QUE COMPÕEM O COLEGIADO DE ENTIDADES DO CAU/BR (CEAU)	51
Mediação da mesa 3	52
Palestras da mesa 3	53
Mediação final da mesa 3	66
MESA 4 – AMBIENTE REGULATÓRIO E NOVA PROPOSTA	67
Palestra	68
Debates da mesa 4	70
Mediação final da mesa 4	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAU BRASIL	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS DEPUTADA PROFESSORA MARCIVÂNIA	80

O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo das Unidades da Federação (CAU/UF) foram criados pela Lei nº. 12.378/2010, que regula o exercício da profissão no país. Eles têm a missão de “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Arquitetura e Urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da Arquitetura e Urbanismo”. São autarquias públicas, com autonomia administrativa e financeira e estrutura federativa, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas receitas advindas de anuidades, emissão de RRT, certidões e outros serviços.

O objetivo principal do CAU é regular o exercício da profissão de Arquiteto e Urbanista no Brasil, defendendo o interesse e a segurança da sociedade como um todo. Faz isso principalmente por meio da edição de normas (resoluções); emissão de registros profissionais, registros de responsabilidade técnica, certidões e outros; fiscalização das atividades de Arquitetura e Urbanismo; e ações de promoção da Arquitetura e Urbanismo.

Nessa estrutura federativa, o CAU/BR é a instância normativa e recursal. Ou seja, aprova as normas que regulam a profissão, como o Código de Ética e as Tabelas de Honorários; e julga recursos de processos realizados pelos CAU/UF. É composto por 27 conselheiros federais, representantes de cada uma das unidades da federação brasileira e mais um conselheiro representante das instituições de ensino superior de Arquitetura e Urbanismo.

Os CAU/UF são as instâncias executivas do CAU, aos quais cabem as ações de atendimento e orientação direta aos arquitetos, assim como as de fiscalização sobre a prática profissional da Arquitetura e Urbanismo. Por lei, cada unidade da federação possui um conselho próprio, de modo que todos os arquitetos e urbanistas brasileiros tenham garantido atendimento de qualidade em todo o território nacional.

O CAU/BR tem sido um espaço democrático que abriga em seu Colegiado das Entidades Nacionais dos Arquitetos e Urbanistas (CEAU) as demais organizações da área que se mobilizaram pela criação do Conselho e seguem dando importante apoio político às suas iniciativas: Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP); Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA); Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (AsBEA); Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas (FNA); e Instituto de Arquitetos do Brasil – Direção Nacional (IAB).

A Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA) integra o CEAU como membro honorário, com direito a voz e sem direito a voto.



A ASSESSORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E PARLAMENTARES DO CAU/BR

A Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares está vinculada à Presidência do CAU/BR e é coordenada por uma assessora-chefe. O setor atua articuladamente em duas frentes: a Assessoria Institucional e a Assessoria Parlamentar, que dispõem de um(a) analista de relações institucionais e um(a) analista de relações legislativas, respectivamente.

À Assessoria Institucional (AI) cabe o estabelecimento de diálogo constante com entidades, organizações setoriais e conselhos profissionais. A assessoria atua na representação do CAU/BR em eventos públicos, políticos e sociais promovidos por órgãos públicos e entidades ligadas à Arquitetura e Urbanismo. Também desenvolve tarefas que demandem a mobilização de representantes públicos e da sociedade civil, além de promover canais de comunicação com a finalidade de fortalecer as relações no âmbito da profissão.

A Assessoria Parlamentar (AP), por sua vez, é organizada para operar nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, em especial no Congresso Nacional, para concretizar em normas legais as reivindicações predominantes, majoritárias e consensuais dos arquitetos e urbanistas.

Quando se está discutindo proposições legislativas, cabe à Assessoria Parlamentar coordenar o processo de discussão e negociação das propostas, e à Assessoria Institucional subsidiar a elaboração das proposições com informações técnicas sobre a matéria.

Abaixo estão detalhadas as atribuições de cada área:

Assessoria Institucional

A Assessoria de Relações Institucionais tem como principal objetivo a valorização do arquiteto e urbanista em âmbito nacional e internacional. Ela representa o conselho junto aos seus diversos públicos: entidades governamentais, associações ligadas à Arquitetura e Urbanismo, meios de comunicação e sociedade. Trabalhando em conjunto com a Presidência, procura criar nos seus parceiros sociais e institucionais um clima de cooperação mútua e direcionamento para um objetivo comum: valorização da profissão.

Planejar, organizar, coordenar e executar atividades inerentes ao desenvolvimento e ampliação das relações institucionais do CAU/BR são atividades realizadas pela Assessoria de Relações Institucionais (AI), junto com o apoio e divulgação de eventos e seminários de caráter institucional destinados ao fortalecimento da imagem do conselho, em conjunto com a Assessoria de Comunicação.

A AI é encarregada da formalização de convênios de patrocínio, através de editais de chamada pública, que buscam contemplar propostas que contribuam para a difusão do conhecimento, o estímulo ao desenvolvimento e a consolidação do ensino e do exercício profissional, bem como consolidar a imagem dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo, conforme dispõe a Resolução nº 94, de 7 de novembro de 2014.

Competências:

- Coordenar e acompanhar projetos contemplados por convênios de patrocínio;
- Acompanhar e desenvolver as relações do CAU/BR com as entidades nacionais de Arquitetura e Urbanismo, em cooperação mútua;
- Auxiliar na elaboração e implementação de acordos de cooperação técnica ou instrumentos congêneres a serem firmados pelo CAU/BR, organismos nacionais e internacionais ou entidades de Arquitetura e Urbanismo, bem como na sua execução;
- Atuar como unidade de apoio na organização e realização de eventos nacionais e internacionais e nas atividades de cooperação mútua e de relacionamento entre o CAU/BR e as entidades de Arquitetura e Urbanismo do Brasil e de outros países, instituições estrangeiras e organizações internacionais, visando ao intercâmbio de informações e experiências;
- Providenciar a divulgação dos resultados decorrentes dos eventos em que o CAU/BR participe.

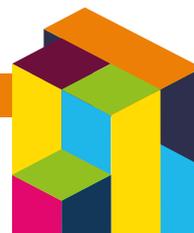
Assessoria Parlamentar

O trabalho da Assessoria Parlamentar (AP), criada em junho de 2012, é motivado para o aprimoramento da legislação brasileira, naquilo em que os arquitetos e urbanistas podem contribuir com sua técnica e prática profissional. A assessoria oferece elementos sobre a atuação parlamentar, contribuindo para que haja transparência e para que o profissional tenha, afinal, meios de conferir se há coerência entre discurso eleitoral e prática legislativa de cada representante do povo.

A assessoria participa do processo legislativo de forma democrática, colaborando para a melhoria e o aperfeiçoamento das instituições, porque os pleitos que defende são legais, legítimos, morais e têm apenas um objetivo: a defesa da sociedade e de seus profissionais.

Assessoria Parlamentar é norteadada pelos seguintes princípios:

- Decisões democráticas;
- Atuação "a", "pluri" e suprapartidária;
- Conhecimento técnico, político e jurídico;
- Atuação conjunta e interdisciplinar com as demais assessorias do CAU/BR.



Competências:

- Assessorar a interface do CAU/BR com o Congresso Nacional, com órgãos do Poder Judiciário e da Administração Pública, em matéria legislativa;
- Prospecção, análise e monitoramento de informações legislativas de interesse do CAU/BR, do CAU/UF e dos arquitetos e urbanistas;
- Elaboração de estratégias sobre matérias legislativas em tramitação no Congresso Nacional e no Poder Executivo;
- Elaboração de minutas de proposições, pareceres, emendas, substitutivos, requerimentos, recursos sobre proposições;
- Promover e acompanhar reuniões das Comissões Técnicas e Audiências Públicas da Câmara dos Deputados, bem como do Executivo e do Judiciário.

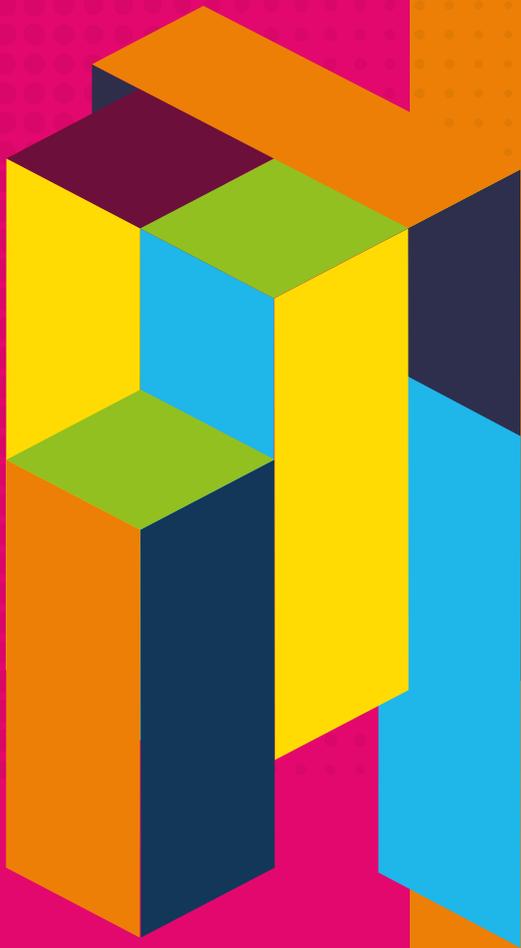
Produtos da Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

Os principais produtos da Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares são disponibilizados para todos os conselheiros federais, presidentes dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF), membros do Colegiado das Entidades de Arquitetura e Urbanismo (CEAU) e para a sociedade em geral por meio de relatório de gestão e informativos semanais de acompanhamento das proposições de interesse.

O informativo semanal apresenta uma síntese dos principais projetos de lei com tramitação recente e a respectiva atuação da Assessoria, bem como informa aos membros do CAU/BR o diálogo que devem ter com os parlamentares visando ao apoio político para as demandas legislativas.

Os arquitetos e urbanistas também têm acesso aos relatórios dos últimos Seminários Legislativos de Arquitetura e Urbanismo, realizados entre 2013 e 2019, que apresentam as discussões realizadas nos eventos.

O Seminário Legislativo é realizado uma vez por ano e sua programação inclui a agenda legislativa e debates sobre os novos projetos de lei que impactam na profissão dos arquitetos e urbanistas, com o intuito de democratizar a atuação parlamentar e o processo legislativo. Por meio desta iniciativa, é fortalecida a relação entre o parlamento brasileiro e os arquitetos de todo o País.



VIII Seminário Legislativo de Arquitetura e Urbanismo

26 e 27 de outubro de 2021
Brasília/DF



Agradecimentos

Às entidades que compõem o Colegiado de Entidades de Arquitetura e Urbanismo - CEAU (IAB, FNA, ABEA, AsBEA, ABAP e FeNEA), co-realizadoras deste VIII Seminário Legislativo de Arquitetura e Urbanismo, que possui como tema “As Transformações no Mundo do Trabalho”.

A todos os deputados federais, em especial aos deputados José Priante (MDB/PA), José Medeiros (PODE/MT), Joaquim Passarinho (PSD/PA), Erika Kokay (PT/DF), Gustavo Fruet (PDT/PR), Professora Marcivânia (PCdoB/AP) e Otto Alencar Filho (PSD/BA), pela participação nos debates do Seminário.

Aos arquitetos e urbanistas que participaram do evento: Márcio Carvalho, Lessa Golignac, Luciana Schenk, Rafael Amaral, Ana Góes, Maria Âgueda Pontes, Danilo Batista, Taiane Beduschi, Ana Fernandes, Carlos Eduardo Nunes Ferreira, Maria Elisa Baptista, Eleonora Mascia, Alessandro Filla.

A todos os demais participantes que ajudaram a construir as discussões deste Seminário: Fernando Almeida Prado, Gláucia Costa, Heliomar Venâncio, Dr. Ladislau Dowbor, Matheusa Silva, Neilton Dórea e Roberto Veras.

Aos servidores da Câmara dos Deputados e equipe deste Conselho, que foram fundamentais para a realização do evento.

A todos os profissionais que participaram do evento e puderam contribuir para o desenvolvimento e avanço da profissão.





Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

APRESENTAÇÃO

Pelo oitavo ano o CAU/BR, em 2021, realiza o Seminário Legislativo de Arquitetura e Urbanismo. O evento reuniu arquitetos e urbanistas, deputados federais, senadores, pesquisadores e estudantes para debater sobre as transformações no mundo de trabalho e contribuir com os parlamentares no planejamento e futuro das cidades brasileiras, em especial considerando a conjuntura pós-pandemia. A iniciativa tem a intenção de trazer os profissionais arquitetos e urbanistas, agentes produtores do espaço urbano, para o centro do debate político.

Esta edição do Seminário Legislativo foi organizada em quatro mesas de discussão, tendo como tema o mercado de trabalho em Arquitetura e Urbanismo. A primeira mesa teve como finalidade compreender o cenário e a conjuntura global,

principalmente pós-pandemia Covid-19, e avaliar possibilidades em que o arquiteto e urbanista pode se inserir enquanto agente produtor do espaço das cidades. Já a segunda mesa teve como destaque os arquitetos e urbanistas e as relações de trabalho, com foco nas mudanças pós reforma trabalhista, tributária e administrativa e expectativas de mudança.

A terceira mesa trouxe à discussão os desafios e as perspectivas do trabalho do arquiteto e urbanista nas diversas atuações (público, privado e empresarial) na visão das entidades que compõem o colegiado de entidades de Arquitetura e Urbanismo do CAU/BR. Já a quarta mesa discorreu sobre o ambiente regulatório e a nova proposta de regulamentação aos profissionais liberais.

PROGRAMAÇÃO

26 de outubro (primeiro dia)

14h: Recepção dos participantes.

14h05: Cerimônia de abertura do Seminário

Composição da Mesa de Abertura:

Representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR): Presidente Nadia Somekh (CAU/BR).

Representantes da Câmara dos Deputados – deputado José Medeiros (Podemos/MT), 1º Vice-Presidente da CDU.

Representante dos Presidentes dos CAU/UF: Coordenador do Fórum de Presidentes, Presidente do CAU/PE, arquiteto e urbanista Rafael Amaral.

Representante do Colegiado das Entidades Nacionais dos Arquitetos e Urbanistas: Arquiteta e Urbanista Ana Maria Reis de Goes Monteiro (Presidente da ABEA e Coordenadora do Colegiado das Entidades Nacionais de Arquitetos e Urbanistas - CEAU).

O Mundo do Trabalho Público e Privado

Palestra de abertura

Maria Águeda Pontes Caminha Muniz – arquiteta e urbanista, foi Secretária na Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente em Fortaleza/CE de 2013 a 2020 e atualmente é Diretora Executiva da C. Rolim Engenharia.

14h30 – 16h00: Organização e realização das mesas de discussão.

Mesa 1: Conjuntura Global e a Ampliação do Trabalho para Arquitetura e Urbanismo

Ementa: Entender o cenário e a conjuntura global, principalmente pós-pandemia Covid-19, e avaliar possibilidades em que o arquiteto e urbanista pode se inserir enquanto agente produtor do espaço das cidades.

Palestrante: Ladislau Dowbor (Economista)

Mediador: Deputado Joaquim Passarinho

Debatedores:

- AsBEA: Arq. Urb. Márcio Carvalho
- IAB: Lessa Golignac - Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste
- ABAP: Arq. Urb. Luciana Schenk, presidente da ABAP

Encerramento: Deputado Joaquim Passarinho.

Mesa 2: Os Arquitetos e Urbanistas e as Relações de Trabalho

Ementa: Como são estabelecidas as relações de trabalho e as mudanças pós reforma trabalhista, tributária e administrativa e expectativa de mudança.

Palestrante: Roberto Veras (sociólogo, Universidade Federal da Paraíba – UFPB)

Mediadora: Deputada Érika Kokay

Debatedores:

- ABEA: Carlos Eduardo Nunes Ferreira (vice-presidente)
- FNA: Taiane Beduschi (escritório Arquitetura Humana)
- CAU/BR: Arq. Ana Fernandes

Encerramento: Deputada Érika Kokay.



27 de outubro *(segundo dia)*

Mesa 3: Desafios e Perspectivas do Trabalho do Arquiteto e Urbanista na Visão das Entidades que Compõem o Colegiado de Entidades do CAU/BR (CEAU) – (14h – 15h)

Ementa: Papel do arquiteto e urbanista nas diversas atuações (público, privado e empresarial). Desafios para desprecarização e perspectivas do trabalho.

Palestrantes: Representantes das entidades:

- ABEA (Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil): Ana Góes, presidente;
- AsBEA (Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura): Danilo Batista, presidente;
- IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil): Maria Elisa Baptista, Presidente do IAB/DN;
- FNA (Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas): Eleonora Mascia, presidente;
- ABAP (Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas): Alessandro Filla Rosaneli, diretor administrativo da ABAP;
- FeNEA (Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil): Matheusa Silva, estudante de urbanismo.

Mediador: Deputado Gustavo Fruet (PDT/PR)

Mesa 4: Ambiente Regulatório e Nova Proposta - (15h – 16h)

Ementa: Reformas trabalhista e tributária.

Palestrante: Arq. Urb. Heliomar Venâncio, presidente do CAU/ES

Mediadora: Deputada Professora Marcivânia

Debatedores:

- CAU/BR: Conselheira Patrícia Silva Luz de Macedo, arquiteta e urbanista.
- AsBEA: Dr. Fernando Almeida Prado, advogado
- FNA: Dra. Gláucia Costa, advogada.
- CAU/BA: Neilton Dórea Rodrigues de Oliveira, arquiteto e urbanista.
- Câmara dos Deputados: Deputado Otto Alencar Filho (PSD/BA)

Encerramento: Presidente do CAU/BR Nadia Somekh



Foto: Johnson Barros/Flickr

MESA DE ABERTURA

O VIII Seminário Legislativo de Arquitetura e Urbanismo reúne deputados, senadores, arquitetos, urbanistas, acadêmicos e representantes da sociedade civil para debater os principais temas e proposições legislativas que dizem respeito à Arquitetura e ao Urbanismo. O propósito desse evento é contribuir com o Congresso Nacional na defesa da construção de cidades com mais qualidade de vida, respeito ao meio ambiente e à cultura local. É um esforço nacional para trazer a Arquitetura e o Urbanismo para o centro do debate público. E é nessa condição que são discutidas aqui as transformações no mundo do trabalho.

São correalizadores desse evento, todas as entidades que compõe o CEAU (Colegiado das Entidades Nacionais de Arquitetos e Urbanistas): Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA), Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura

e Urbanismo (ABEA), Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (AsBEA), Associação Brasileira de Arquitetos e Paisagistas (ABAP) e a Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FeNEA).

Compõem a mesa de abertura do VIII Seminário Legislativo de Arquitetura e Urbanismo, o deputado José Medeiros (Podemos-MT), representante da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados (CDU); a presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), Nádia Somekh; o representante dos presidentes dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal, Rafael Amaral Tenório de Albuquerque; e a coordenadora do Colegiado Permanente das Entidades Nacionais dos Arquitetos e Urbanistas (CEAU) e também presidente da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA), Ana Maria Reis de Góes Monteiro.





NADIA SOMEKH, Professora emérita de Arquitetura e Planejamento Urbano do Mackenzie, conselheira federal do IAB e do CAU/BR por São Paulo. Foi nomeada membro do Júri Internacional da Medalha de Ouro da União Internacional de Arquitetos. Foi presidente do Conselho Municipal do Patrimônio da cidade de São Paulo (Compresp) e diretora do Departamento do Patrimônio, da cidade de São Paulo, de 2013 a 2016. Em 2018 recebeu o prêmio Palm Academic, do governo francês. Foi presidente da Empresa Municipal de Urbanização e Secretária de Desenvolvimento Econômico da cidade de Santo André, entre outros cargos públicos.

Presidente do CAU/BR, **NADIA SOMEKH**

É uma alegria estar aqui nesta casa legislativa tão importante. Agradecemos ao deputado José Medeiros (Podemos/MT), que nos acolhe na Comissão de Desenvolvimento Urbano, que é muito relacionada ao ofício dos arquitetos e urbanistas. Junto com o CEAU, o CAU/BR discutiu muito o conteúdo desse seminário e trata-se não só da conjuntura que vivemos, mas também os acontecimentos no mundo e no Brasil, na busca da compreensão das relações de trabalho para os arquitetos e urbanistas e como buscar um ambiente regulatório mais adequado e combater a precarização do trabalho dos arquitetos.

O CAU está com a missão de desprecarizar o trabalho dos arquitetos. Portanto, todos os assuntos das quatro mesas têm um foco: como melhorar

as relações de trabalho dos arquitetos, como valorizar os profissionais nos seus postos de trabalho e a Arquitetura e Urbanismo perante a sociedade. Temos o programa Mais Arquitetos, que começa com a Assessoria Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS), mas vamos procurar ampliar o número de edificações que são construídas com o trabalho do arquiteto.

Esse seminário representa um passo muito importante, não só de debate, mas também de foco. Vamos debater um projeto de lei do deputado Otto Alencar Filho (PSD – BA) que trata da simplificação tributária para profissionais liberais e vamos verificar se ela é adequada, o que precisa ser ajustado para que valorize, do ponto de vista tributário, os arquitetos que precisam desse nosso esforço. O CAU/BR se coloca na defesa da sociedade para melhorar o nosso país, mas também para melhorar a vida dos arquitetos que constroem a qualidade das edificações e das cidades brasileiras.



JOSÉ ANTONIO MEDEIROS, Eleito em 2018 e nomeado, no ano seguinte, vice-líder do governo na Câmara dos Deputados. No ano em que assumiu o primeiro mandato parlamentar, em 2015, foi um dos 10 senadores mais bem avaliados no país pelo Congresso em Foco.

Deputado federal (Podemos-MT),

JOSÉ ANTONIO MEDEIROS

É uma satisfação estar aqui na Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados abrindo esse seminário. Quero estender meus cumprimentos ao deputado José Priante (MDB/PA) que, com muita maestria, coordena a Comissão de Desenvolvimento Urbano. Senhoras e senhores arquitetos e urbanistas, parlamentares, conferencistas e demais presentes, sejam todos muito bem-vindos à Câmara dos Deputados. Tenho a grande satisfação de compor a mesa de abertura da VIII edição do Seminário Legislativo de Arquitetura e Urbanismo.

O Seminário é fruto de rica parceria com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. O CAU Brasil, que se consolidou como uma importante ferramenta de aperfeiçoamento da Agenda Legislativa da Comissão de Desenvolvimento Urbano, e que anualmente suscita novas ideias, perspectivas, críticas, propostas, soluções e outros subsídios para atuação parlamentar. A presente edição inaugura a participação dos demais componentes do Colegiado das Entidades Nacionais dos Arquitetos e Urbanistas, o CEAU, como correalizadores do seminário. Felicito a todos, desde já, pela sua exitosa organização.

O tema do nosso evento dificilmente poderia ser mais oportuno, ante as variadas e tamanhas transformações advindas com a pandemia da Covid-19. O mercado de trabalho, sem dúvida, foi uma das áreas mais

impactadas. As diretrizes sanitárias reduziram ou mesmo impossibilitaram a presença das pessoas nos seus espaços de trabalho, o que provocou profundas adaptações em aspectos diversos como informática e comunicação, espaços residenciais, corporativos e urbanos, jornada de trabalho, transporte, entre outros. Bem sabemos que o combate à pandemia não terminou, mas convém intensificar o debate sobre o universo do trabalho no mundo pós-Covid. Parte das mudanças será permanente e também precisamos estar preparados para as transformações inerentes ao mundo tão estreitamente associado às inovações tecnológicas.

No caso específico do Brasil, medidas legislativas aprovadas e propostas em tramitação apresentam desafios para as relações de trabalho. Essas matérias, como as reformas trabalhista, administrativa e tributária, também serão objeto de debates nesse seminário. Saúdo, então, os arquitetos e urbanistas brasileiros por lançarem os olhos para o futuro ao debaterem nesse parlamento a atuação profissional no mundo pós-Covid. Reitero os aplausos às entidades dos arquitetos e urbanistas brasileiros pela realização do seminário. Também agradeço aos proponentes do evento, aos mediadores do VIII Seminário Legislativo de Arquitetura e Urbanismo, especialmente aos palestrantes e debatedores que compartilharão conosco um pouco de sua experiência, conhecimento e visão sobre os temas abordados nas quatro conferências.





RAFAEL AMARAL TENÓRIO, Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco em segundo mandato. Membro fundador e primeiro presidente eleito da Associação Pernambucana de Arquitetos. Graduado pela Universidade Federal de Pernambuco, fez mestrado em Meio Ambiente e Arquitetura Bioclimática pela Universidade Politécnica de Madri, Espanha. Desde 2009, é sócio-diretor da Amaral Tenório Arquitetura e Sustentabilidade, e como sócio-fundador também atua desde 2019 na Madeira de Lei Desenvolvimento Imobiliário.

Presidente do CAU/PE,

RAFAEL AMARAL TENÓRIO

Quero iniciar minha fala saudando os deputados presentes, agradecendo a honrosa acolhida da Câmara dos Deputados. Agradecer a todas as autoridades constituídas aqui presentes.

Minhas saudações à presidente do CAU/BR, arquiteta e urbanista Nadia Somekh, em nome de quem saúdo todos os colegas arquitetos e urbanistas nesse seminário.

Falar da arquitetura é falar de uma profissão que, como a medicina, a engenharia e outras profissões, por força do seu alcance e do exercício profissional, vem exigir uma qualificação específica para o seu desempenho, e consequentemente, a regulamentação em lei, considerando a possibilidade que elas têm, no âmbito desse exercício, de trazer sério dano social com o risco da segurança, integridade física, saúde, educação, patrimônio e bem-estar da coletividade.

Na condição de coordenador do Fórum de Presidentes, espero trazer aqui, na minha fala, não apenas o pensamento do Fórum, formado pelos CAU estaduais e pelo Distrito Federal, mas também a fala de cerca de 200 mil arquitetos e urbanistas hoje registrados e habilitados a atuarem no país.

Nesse sentido e na qualidade não apenas de um conselheiro do sistema CAU, mas também de um profissional que há mais de 15 anos atua em escritório de arquitetura, e que se constitui o maior nicho de atuação dos profissionais registrados, meu papel aqui é usar minha voz para falar das dores, das dificuldades, das novas perspectivas e das oportunidades que precisamos construir juntos no sentido de promover o necessário desenvolvimento em todas as áreas das nossas atividades.

Nosso debate precisa ir além da Arquitetura e Urbanismo, precisa falar das condições de trabalho para exercer a Arquitetura e o Urbanismo, segurança legal, legislação específica, a necessidade da modernização das leis trabalhistas e tributárias. Tudo isso são oportunidades que a gente precisa registrar e que fazem parte do trabalho e do esforço de todos os presidentes que compõem o Fórum de Presidentes, grupo dedicado à busca de soluções coletivas para questões voltadas à nossa profissão.

Temos um grande desafio de pensar coletivamente na elaboração de leis que estimulem o desenvolvimento sustentável de planos diretores, que dialoguem com a sociedade e com as boas práticas. Enquanto presidente do CAU do meu estado, não posso deixar de falar que o nosso papel é ir além da missão

institucional do CAU, precisamos também conectar pessoas, espaços, cidades, criar pontes e ser uma fonte permanente de soluções e de novas oportunidades.

Como disse Edward Glaeser, em seu livro *Triumph of The City*, a cidade é, em si, a maior invenção da humanidade. E precisamos colocar todos os nossos esforços no sentido de fazer o possível para que essa cidade do futuro, com a qual sempre sonhamos, vire realidade o quanto antes.

Concluo aqui me colocando à disposição

“Nosso debate precisa ir além da Arquitetura e Urbanismo, precisa falar das condições de trabalho para exercer a Arquitetura e o Urbanismo, segurança legal, legislação específica, a necessidade da modernização das leis trabalhistas e tributárias.”

tenhamos um excelente seminário.

de todos que fazem parte da mesa, acompanhando o evento de uma forma também bastante propositiva, e que a nossa construção seja sempre coletiva, que eventuais discordâncias de pontos de vista sempre somem e nunca subtraíam. As oportunidades sempre têm que vir à frente dos problemas, temos que olhar para o lado positivo da nossa profissão e utilizar toda a nossa capacidade de evoluir e de aprimorar a sociedade. É nesse caminho de construção do futuro que desejo o melhor para todos e que

Foto: Divulgação CAU/BR



Presidente da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA),

ANA MARIA GOES MONTEIRO

ANA MARIA GOES MONTEIRO, Coordenadora do Colegiado Permanente das Entidades Nacionais dos Arquitetos e Urbanistas, presidente da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA). É graduada em Arquitetura e Urbanismo, tem mestrado em Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, doutorado pela Faculdade de Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas. É docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unicamp, do qual também foi coordenadora de graduação.

Em nome das entidades que compõe o Colegiado das Entidades Nacionais de Arquitetos e Urbanistas, ABEA, ASBEA, ABAP, IAB, FNA e FeNEA, agradecemos a Câmara dos Deputados e damos boas-vindas aos participantes. Ao

discutir as transformações no mundo do trabalho, pretendemos trazer à tona a experiência do dia-a-dia de arquitetos e urbanistas em suas variadas atuações e, com isso, contribuir com os parlamen-

tares na defesa da construção de leis que visem a cidades mais humanas, democráticas, com mais qualidade de vida, mais justas, com mais respeito ao meio ambiente e à cultura local.

Acredito que as discussões realizadas no âmbito do seminário poderão subsidiar e direcionar de forma consultiva a ação parlamentar no CAU/BR, em defesa da nossa profissão e da sociedade brasileira, além de se configurar como uma possibilidade permanente de discussão sobre a pauta legislativa. Mais uma vez, muito obrigada e desejo um bom seminário a todos e todas.



PALESTRA DE ABERTURA



Foto: Divulgação CAU/BR

MARIA ÁGUEDA PONTES CAMINHA MUNIZ, Nos últimos oito anos, foi secretária municipal de Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura de Fortaleza. Desde maio de 2021, é CEO da C. Rolim Engenharia. É coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário Sete de Setembro, onde também é encarregada da disciplina Propriedade urbana e direito à cidade, no mestrado em Direito Privado. É mestre e doutora na área de Urbanização e Políticas Públicas e especialista em Finanças e Gestão Pública. Nos últimos dois anos tem se dedicado à governança corporativa.

Arquiteta e urbanista,

MARIA ÁGUEDA PONTES CAMINHA MUNIZ

É um prazer muito grande estar aqui debatendo com os colegas, com autoridades, autoridades acadêmicas, a relação do arquiteto no mundo do trabalho, seja no público, seja no privado. E gostaria de iniciar minha fala saudando a Nadia Somekh, presidente do CAU/BR, admirada arquiteta. Tive o prazer de assistir suas palestras e estudar seus artigos. Quero saudar também o deputado José Medeiros, do Podemos-MT. Cumprimento o presidente do Fórum de Presidentes do CAU, Rafael Amaral, e a Ana Goes, coordenadora do Colegiado de Entidades dos Arquitetos e Urbanistas. Saúdo também a mesa e em especial agradeço ao Danilo Barbosa e à Miriam Addor, que compõem a presidência da ASBEA nacional. Quero começar falando da impor-

tância do mundo do trabalho nas áreas públicas e privadas. Tenho quase 20 anos de formada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará, e nesse ínterim tive experiência profissional tanto com a iniciativa privada como no setor público, e aqui incluindo a atividade acadêmica, também nas universidades públicas, e hoje estou na livre iniciativa. Quero começar falando das oportunidades que ambos os ambientes, o ambiente público e o ambiente privado, proporcionam à vida do arquiteto.

Iniciamos a nossa caminhada como arquiteta e urbanista elaborando planos de governo para candidatos às prefeituras municipais, elaborando planos diretores municipais, planos regionais. Chegamos a coordenar projetos de infraestrutura, estruturar programas de financiamento junto ao Banco Mundial, BID, CAP, sempre utilizando as premissas e os ensinamentos que recebemos tanto na universidade como também nos estágios. Todos esses programas

de financiamento não eram projetos só de Arquitetura, também eram projetos relacionados à área do turismo, do meio ambiente, à questão do saneamento, ou seja, a relevância que tem a nossa profissão de Arquitetura e Urbanismo em todo o fazer cidade, em todo o fazer Brasil.

Nos últimos oito anos estive como Secretária de Urbanismo e Meio Ambiente da quinta maior cidade do Brasil em população, quando pudemos revisar planos diretores, alteramos uma lei de uso e ocupação do solo vocacionada para a questão ambiental e a questão econômica da cidade. O planejamento urbano tem esse viés de fazer a integração do desenvolvimento sustentável com o desenvolvimento econômico.

Como arquitetos e urbanistas, podemos atuar na administração pública, em políticas de meio ambiente e instrumentos urbanísticos, na regulamentação dos instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade, seja uma outorga onerosa da alteração de uso, seja implantando uma operação urbana consorciada ou várias operações urbanas consorciadas, como fizemos em Fortaleza.

É possível aplicar métodos de gestão empresarial na cidade para resolver o problema da burocracia, desburocratizando através de licenciamentos eletrônicos, declaratórios, fomentando a atividade profissional do arquiteto, porque o arquiteto é o projetista, é o profissional que vai agregar valor e vai principalmente contribuir na formalização das cidades brasileiras, algo tão difícil e algo tão complicado de se resolver, tanto é que temos uma lei de regularidade.

Estamos hoje como CEO de uma

construtora que tem a minha idade, na verdade, 45 anos. Uma empresa familiar que passa por um momento de implantação de governança corporativa e uma reestruturação. Estou falando isso para demonstrar como a nossa profissão é dinâmica, como a nossa profissão é estratégica, como há uma ampla atuação do arquiteto urbanista no Brasil.

Além disso, o Brasil é um dos países que têm vinculado as duas atribuições, o arquiteto e urbanista, o próprio arquiteto também tendo como trabalhar na área do paisagismo. E para isso, se

eu fosse fazer uma graduação novamente, faria novamente Arquitetura e Urbanismo, dada a facilidade que nós temos, as oportunidades que nós temos, que muitas vezes não as enxergamos enquanto profissional, talvez

até porque as escolas não nos oferecem tantas possibilidades de enxergar, mas o pior, a sociedade não enxerga e não reconhece que nós podemos atuar de várias formas e em vários ambientes.

Estamos falando aqui do ambiente privado e do ambiente público, mas existe um terceiro setor, existem as empresas de impacto social, onde a função do arquiteto não é o setor B; nem é o público, nem o privado, está entre ambas. Nossa função também é essencial para a melhoria do bem-estar da sociedade, ou seja, cumprindo o que o Estatuto da Cidade menciona, sobre a função social da cidade e da propriedade. É, na verdade, mais que uma oportunidade, é um dever nosso enquanto arquitetos e urbanistas. Nós, arquitetos urbanistas, somos talvez os únicos profissionais que podem intervir no ambiente natural das cidades, no ambiente construído da cidade e com a sociedade.

Dito isso, coloco aqui alguns desafios

“Estou falando isso para demonstrar como a nossa profissão é dinâmica, como a nossa profissão é estratégica”



“Estamos falando aqui do ambiente privado e do ambiente público, mas existe um terceiro setor, existem as empresas de impacto social, onde a função do arquiteto não é o setor B, nem é o público, nem o privado, está entre ambas.”

que devem ser enfrentados pelos arquitetos e urbanistas, como o reconhecimento, dificuldade que existe tanto no setor privado quanto no público. Mas, principalmente no setor privado, a nossa formação ainda é muito ligada ao belo, à estética, a fazer um dever, um rabisco, e é comum não entenderem a amplitude da profissão. Paralelo a isso, há a questão da remuneração. Quando comecei meu período de estágio, os donos do escritório

precisavam de um gás a mais e disseram: “A gente te paga o piso e meio do arquiteto para que você fique aqui em tempo integral”. Eu não assinava nada, não tinha nenhuma responsabilidade, mas trabalhava como uma profissional ganhando esse piso e meio do arquiteto.

Quando falamos da possibilidade de um recém-formado montar a sua empresa, de ter escritório de arquitetura, de um recém-formado poder contratar um colega seu, estamos falando de horas técnicas de trabalho, e que, por conta de altas tributações e de uma série de encargos, é difícil se desenvolver enquanto profissional na área de Arquitetura. Além disso, já entrando no setor público, podemos falar da insegurança jurídica dos colegas servidores públicos para assinarem uma licença ou um alvará de construção. Assinar uma licença hoje é muitas vezes correr o risco de um processo criminal ou judicial do Ministério Público e muitas vezes a profissão não é reconhecida no âmbito do setor público.

Há uma falta de reconhecimento também no setor público. Raros são os concursos públicos para arquitetos. Há concursos para analistas de planejamento, consultores técnicos, mas não para arquitetos urbanistas. Em Fortaleza, por exemplo, uma das cinco cidades do país em po-

pulação, não temos o cargo de arquiteto e urbanista na Prefeitura. Esse reconhecimento é importante e, mais que esse reconhecimento, as regras claras otimizadas e desburocratizadas de trabalho são importantes para que o arquiteto possa ser valorizado como um desenvolvedor de projetos, possa ser valorizado como um patrocinador de projetos, por que não?

Dentro dessa perspectiva, quero tratar de dois pontos:

1. O cenário pós-pandemia exige uma flexibilização do trabalho, o home office, a possibilidade de trabalharmos para duas, três empresas, para poder realizar um trabalho que nos ofereça condições financeiras, condições técnicas também e as oportunidades que o mercado nos traz nesse período pós-pandemia, que foi traumático para todos nós, mas que trouxe um novo olhar para a profissão, não só do arquiteto, mas para o mercado de trabalho em geral. Isso é importante ressaltar.
2. E também já nessa questão da flexibilização do trabalho, da tecnologia e do reconhecimento do arquiteto, vislumbramos uma revisão dos currículos das universidades, das faculdades de arquitetura, para que essa melhor atuação do arquiteto possa ser reconhecida, possa ser solicitada pela sociedade, pela iniciativa privada e pelo poder público.

Quero finalizar dizendo que foi um prazer estar aqui, como mulher, como nordestina, mas que nem de perto a maioria das mulheres brasileiras teve as oportunidades que tive em educação, em experiência profissional, e mesmo assim, tive dificuldades de ingressar no mercado de trabalho, por conta de vários desafios relacionados tanto à insegurança jurídica quanto à necessidade de formalização desse mercado.

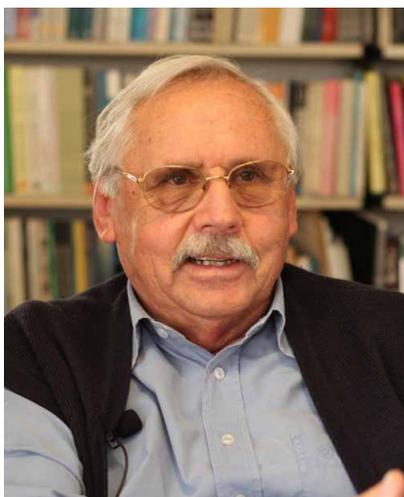


Foto: George Junior/Flickr

MESA 1

*CONJUNTURA GLOBAL E A AMPLIAÇÃO DO
TRABALHO PARA ARQUITETURA E URBANISMO*





LADISLAU DOWBOR, Foi consultor de diversas agências das Nações Unidas, governos, municípios, além de várias organizações do sistema S. É autor e coautor de cerca de 45 livros e toda a sua produção intelectual está disponível online no website dowbor.org.

Palestra

Economista, professor de pós-graduação da PUC/SP,

LADISLAU DOWBOR

Aqui está um economista fora do seu meio natural, mas a economia não é uma área, é uma dimensão de todas as áreas. É óbvio que a Arquitetura

e o Urbanismo têm uma dimensão econômica como têm a saúde, as infraestruturas e todos os setores. É uma dimensão que permeia as várias áreas.

Todos nós estamos procurando rumos, não sem um sentimento de certa impotência frente aos desafios. Temos que ser realistas e tranquilos, pé no chão, nesse processo. Peter Drucker dizia: “Não haverá empresa saudável em uma sociedade doente.” Um clássico da administração, Peter Drucker nos traz para o básico. Essa sociedade, essa economia, essa organização de seus diversos setores, seja saúde, indústria, arquitetura, precisa voltar a se vincular às necessidades básicas da população. Temos que buscar uma sociedade que seja economicamente viável, mas também socialmente justa e ambientalmente sustentável.

Sou aposentado pela ONU, trabalhei sete anos na África, em países ricos e pobres. Fui consultor do Secretário-Geral da ONU, trabalhando em situações críticas. Há duas semanas, eu estava em Angola, e vi que a gente se queixa da nossa situação e de repente a gente vê o que as coisas podem ser. Mas, na realidade, o mundo todo está à procura de novos rumos e não estou

exagerando. Vejo gente como Joseph Stiglitz, como Paul Cluman, pego, por exemplo um editorial do Financial Times, defendendo reformas radicais que invertem a direção política predominante das últimas quatro décadas e que precisará ser colocada sobre a mesa. O Financial Times que chega de neoliberalismo e da necessidade de pensar outras coisas.

Na realidade, nós estamos procurando outros rumos e isso caracteriza uma crise civilizatória. Participo de muitas reuniões internacionais entre governos, inclusive com universidades de primeira linha, e vejo que o conceito de crise civilizatória vira quase um denominador comum, porque nós temos a situação crítica em termos ambientais, estamos destruindo o planeta. Estamos gerando uma desigualdade absolutamente explosiva, temos cerca de 4 bilhões de pessoas que estão fora do sistema moderno e cerca de 1 bilhão de pessoas que passam fome.

Há também o caos financeiro. O The Economist recentemente publicou que as empresas multinacionais colocam 60% dos seus lucros em paraísos fiscais. Há duas décadas era 30%. Como controlar algo com esse montante?

Temos a desagregação das democracias, porque nenhuma democracia sobrevive a partir de um certo grau de desigualdade, isso é bom senso, é decência humana. Saibamos que o que fazemos tem que servir a

“Estamos gerando uma desigualdade absolutamente explosiva, temos cerca de 4 bilhões de pessoas que estão fora do sistema moderno e cerca de 1 bilhão de pessoas que passam fome.”

nós profissionalmente, mas também tem que ser útil para a sociedade. Parafraseando Peter Drucker, não haverá família saudável em uma sociedade doente.

Portanto, a transformação que envolve aspectos sociais, econômicos e ambientais equilibrados

é o objetivo. Esse é o eixo que temos que buscar. No caso nosso, temos uma situação internacional particularmente grave, que é o desvio dos recursos financeiros. O rotativo do cartão de crédito no Brasil está 339%. No Canadá é 11% ao ano, não existe juro ao mês. Na França, o crédito imobiliário é de 0,95% ao ano. Para as empresas funcionarem, deve haver gente com poder aquisitivo, para ter para quem vender, e crédito barato para poder financiar a produção. Isso vale para qualquer país, seja China, Coréia, França ou Brasil. No Brasil, não temos nem uma coisa, nem outra. Há essa desigualdade, que é o eixo estruturante da nossa situação.

Trato disso em um livro que pode interessar a vocês, “A Era do Capital Improdutivo”, que está disponível online na íntegra. A extração, por juros, de dinheiro das famílias e das empresas é da ordem de 15% do PIB, acrescentem 5% do PIB apropriados por juros sobre a dívida pública, então é um desvio da ordem de 20%. É a financeirização que está sendo muito estudada mundialmente.

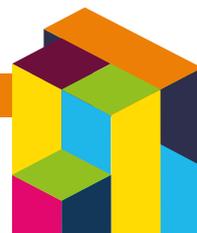
No último G20 está sendo discutida a busca de um imposto global de 15%. A financeirização desvia os recursos da área produtiva e do consumo e isso gera uma perda de dinamização da economia, simplesmente porque deve haver pessoas que possam consumir. Dinami-

zar pela base é essencial. O resultado hoje é que o único setor no Brasil que efetivamente tem funcionado é o setor exportador de bens primários (minério, madeira, carne, soja, coisas do gênero), que geram pouquíssimo emprego, geram um desastre ambiental e não geram imposto, porque com a Lei Kandir não se paga imposto para exportar.

O resultado é 19 milhões de pessoas passando fome no Brasil, 25% delas são crianças. São 5 milhões de crianças passando fome em um país que é um dos maiores exportadores mundiais de alimentos. Só de grãos, produzimos 3.200 kg por dia, por pessoa. Temos 19 milhões de pessoas passando fome e 116 milhões com algum grau de insegurança alimentar. O problema do país não é econômico, é sistêmico, de organização política e social.

Considerando o PIB do Brasil 7,5 trilhões de reais, divido pela população, 212 milhões de pessoas, isso resulta em 11 mil reais por mês por família de quatro pessoas. Trabalhei em países da África onde realmente é tirar leite de pedra. No Brasil tem gente passando fome, mas dá para todo mundo viver de maneira digna e confortável se reduzir a desigualdade. E mais gente vivendo de maneira digna e confortável aquece o mercado, terá atividades, contratações para construção de casa, vai ter arquitetura, digamos, com maior facilidade.

Não dá para resolver o problema em um setor, é o processo que deve ser re-dinamizado. Com a economia paralisada e com heranças estruturais há uma subutilização dramática da terra. O Brasil tem 225 milhões de hectares de bom solo agrícola. A totalidade de lavoura no Brasil, somando à lavoura temporária e permanente, resulta em 63 milhões de hectares. Significa que são cento e sessenta e dois milhões de hectares parados, improdutivo ou dramaticamente subutilizados, cinco vezes o território da Itália.



“Não dá para resolver o problema em um setor, é o processo que deve ser redinamizado.”

Particpei de reuniões sobre isso com a ONU, em que as pessoas afirmavam que o Brasil é a maior reserva de terras paradas do mundo, junto com as savanas africanas. Há ainda a situação da mão de obra, que é mais dramática ainda. Duzentos e doze milhões de habitantes, 148 milhões em idade ativa, 16 a 64 anos. A totalidade dos empregos formais privados é 33 milhões. Some 11 milhões de empregos públicos, o setor público é muito pequeno no Brasil, até comparando com os Estados Unidos, proporcionalmente, o resultado é 44 milhões.

O Brasil possui 38 milhões de pessoas no setor informal, segundo o IBGE. No setor informal circula a metade daqueles que estão no emprego formal, 38 milhões de pessoas. Acrescentem 15 milhões de desempregados e 6 milhões que pararam de procurar emprego, os desalentados, nós temos mais de 50 milhões de pessoas dramaticamente subutilizadas. Há a subutilização do capital, porque no Brasil com essas taxas de juros e que as formas de pagamento de dividendos e das isenções de lucros e dividendos, é mais interessante realizar aplicações financeiras do que você fazer investimentos. No Brasil, a pessoa chama aplicação financeira de investimento, mas extrair dinheiro de circulação não é investimento. Na França, ao contrário, investimento está relacionado ao aumento da capacidade produtiva do país como, por exemplo, com a construção de uma escola. O Brasil possui, portanto, uma subutilização dramática do capital, inclusive com o dinheiro que está em paraísos fiscais.

Também há o problema da subutilização da gestão local. São 5.570 municípios para gerar emprego, gerar ativida-

de efetiva em termos de construção, de desenvolvimento urbano. Isso significa descentralização dos encargos e dos recursos. Particpei do doutorado de Marcélio Uchôa, o livro dele é muito interessante, há uma análise da situação financeira dos municípios, está disponível gratuitamente em meu site, dowbor.org. É inviável dinamizar a economia pela base.

Trabalhei na China, na Mongólia, em países ricos e pobres, na América Central, na Suíça, na Polônia. O denominador comum naqueles que funcionam é que há descentralização rigorosa. Isso libera o governo central para fazer políticas nacionais, políticas científico-tecnológicas de longo prazo, grandes infraestruturas, etc., e libera recursos e iniciativas para os municípios. Se os municípios não funcionam, o país não funciona. A dinâmica que ocorre no Brasil, com prefeitos viajando para Brasília para buscarem uma parte da emenda parlamentar ou se viabilizam algo com um ministro, não funciona.

Minha análise como economista é que com o pacto federativo atual, com grande descentralização de encargos, mas não dos recursos, não funciona. Se considerar esse contexto com o fato de que os grupos financeiros essencialmente extraem, a situação fica muito difícil. É o oitavo ano em que a economia brasileira está parada. E o Itaú, por exemplo, aumentou seus lucros nos últimos 12 meses, que já eram enormes, em torno de 120%. O Santander aumentou seus lucros em 12 meses em 102%. Quarenta e dois bilionários brasileiros aumentaram suas fortunas em 180 bilhões de reais em apenas quatro meses, o que equivale a seis anos de Bolsa Família para 42 indivíduos em plena pandemia. Esse sistema, tal como está estruturado, simplesmente não funciona.



JOAQUIM PASSARINHO, Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará. Sua trajetória política começou em 1988, quando foi eleito vereador e reeleito por três vezes consecutivas. Em 2002, foi eleito deputado estadual, no ano seguinte nomeado secretário de Estado de Obras Públicas. Começou a atuação como deputado federal em 2015. Foi vice-líder do PSD na Câmara dos Deputados, teve destaque no seu mandato como membro das comissões de Minas e Energia e de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços. Em 2018, foi reeleito para a Câmara dos Deputados e assumiu a vice-liderança do governo na Câmara e a vice-liderança da comissão de Minas e Energia.

Mediação da Mesa 1

Deputado federal (PSD-PA),

JOAQUIM PASSARINHO

Quero agradecer o convite do CAU para, mais uma vez, estarmos presentes neste Seminário Legislativo de Arquitetura e Urbanismo, desta vez de uma maneira diferente, virtual. Quero saudar a nossa presidente, Nadia Somekh, por ter a coragem de fazer esse evento nesse momento. Quero fazer uma saudação especial ao nosso palestrante (professor Ladislau Dowbor), que acaba de nos dar um choque de realidade, mostrando realmente o caos que vivemos nessa organização política e econômica do país. Independentemente de partido político, a meu ver, todos falam que são contra, mas todos que chegam ao poder permanecem no mesmo modelo, em que a base, que são os municípios, e onde se situam os maiores problemas, são os que são acanhados com o repartimento dos impostos. Já o governo federal concentra a maior parte dos impostos, fazendo com que os partidos, os políticos e os prefeitos fiquem à mercê dessa viagem para Brasília em busca de recursos.

É bom que os arquitetos e todos possam saber da realidade, porque após quase dois anos de pandemia, sabemos dos problemas que todos devem estar passando, não só os profissionais como os escritórios, considerando também a redu-

ção de obras públicas e nos lançamentos imobiliários devido à retração do mercado, o que impactou nas atividades dos arquitetos e urbanistas. Nós precisamos nos reinventar, considerando a realidade que temos na economia, sabendo o tipo de país em que estamos, com o tipo de engrenagem político-administrativa que nós temos. E só trocando ideias, fazendo esse tipo de seminário, trocando experiências, onde temos experiências bem-sucedidas, que nós vamos chegar a algum denominador comum.

No mandato passado, éramos cinco arquitetos e urbanistas no parlamento, nesse acho que somos apenas dois. Diminuímos mais de 50%, mas estamos aqui no que pudermos ajudar dentro da legislação. Já avançamos dentro do possível, mas precisamos trabalhar ainda mais em alguns projetos que estão na casa. Estamos à disposição do CAU e de todos vocês arquitetos e urbanistas, para que a gente possa, dentro do possível, encaminhar esses temas.

Estamos sempre à disposição do CAU para que possamos usar o nosso mandato em prol da nossa categoria, em prol de termos legislações principalmente na área de formação, de MEI, de micro e pequenas empresas, e que possamos beneficiar o arquiteto que às vezes é visto no Brasil como profissional de luxo. Há uma distorção às vezes na forma como se vê o trabalho do arquiteto, e isso não pode acontecer. Então estamos à disposição.





MÁRCIO CARVALHO, Formado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Federal do Rio Grande do Sul, com especialização em Comunicação e Marketing para mercado imobiliário. Ele é sócio-fundador da Smart Arquitetura para Vida Contemporânea, orientada a empreendimentos imobiliários com arquitetura contemporânea e autoral. Ele atua nas áreas de produto, marketing e negócios. Tem no currículo executivo a fundação e direção das empresas Neuroma e Miag, e a direção de expansão da empresa Californiana ScreenPoint. É também presidente da Associação dos Amigos do Museu de Arte Contemporânea do Rio Grande do Sul (MAC), presidente do Comitê de Construbusiness da Anchan e palestrante convidado do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

Debates da Mesa 1

Arquiteto e urbanista, representante da AsBEA,

MÁRCIO CARVALHO

Quero agradecer, em nome da AsBEA, o convite para estar aqui conversando com vocês. Quero iniciar recuperando algumas bases da questão profissional da Arquitetura e do Urbanismo. A função do arquiteto, no meu entendimento, é qualificar a paisagem das nossas cidades em todas as escalas, essa cidade que é palco das relações humanas. Não só projetar, mas viabilizar esses objetos em diversas escalas, de um móvel a uma cidade. Resgato a fala do Ladislau Dowbor para dizer que “essa sociedade é o grande cliente do trabalho do arquiteto”. Isso é fundamental porque a sociedade vive, habita e forma as suas relações dentro do trabalho do arquiteto e urbanista em todas as suas escalas.

É importante colocar que a Arquitetura Contemporânea produzida no Brasil é vista com grande orgulho mundo afora, assim como foi a Arquitetura Moderna. O que é praticado e desenvolvido aqui no país é percebido externamente, faz parte da nossa identidade. A perspectiva de trabalho é ampla, seja a partir da perspectiva técnica, mas também da perspectiva humanista. Esse é um dos grandes pon-

tos de diferenciação entre o trabalho do arquiteto e urbanista com relação ao trabalho de um engenheiro que, por muitas vezes, se sobrepõe na percepção pública.

Diria que, dentro desse espectro de atuação, projetar é essencialmente assumir o risco da tela em branco, e, a partir dali, criar condições necessárias e processos para viabilizar esse objeto de criação. Criar é, portanto, um ato empreendedor por natureza, o ato do arquiteto e urbanista é um ato empreendedor, ele cria, gere, assume riscos, empreende o objeto de sua criação. Destaco também que a nossa profissão é a ponta inicial de uma cadeia importantíssima na nossa economia, desde masterplans de novas cidades a projetos de infraestrutura. O mercado imobiliário, em amplo espectro, se inicia na criação do arquiteto e urbanista.

Entretanto, muito da formação do arquiteto e urbanista hoje está calcada no arquiteto designer, o arquiteto que projeta, e não necessariamente na formação do que gere, viabiliza uma edificação, o arquiteto vitruviano, que era um arquiteto de ponta a ponta. Uma pesquisa do CAU, pela Datafolha, informa que 51% da população vê o arquiteto como um desenhista de edificações, de planta de edificações. Resgatando a fala da Águeda Muniz, digo que provavelmente 90% das atribuições profissionais que ela mencionou são muito pouco abordadas ou não abordadas

“É importante colocar que a Arquitetura Contemporânea produzida no Brasil é vista com grande orgulho mundo afora, assim como foi a Arquitetura Moderna.”

na formação acadêmica, que é também uma diferença entre a formação do arquiteto e urbanista e a formação do engenheiro. Essa formação adicional que permite ao arquiteto e urbanista coordenar projetos, gerir equipes, coordenar obras, via de regra é viabilizada ao longo da vivência e da experiência profissional.

Um mercado profissional ativo, portanto, é fundamental para uma formação plena do arquiteto e urbanista, e a partir dessa formação que exige essa questão complementar, inclusive, cria uma união entre as capacidades profissionais de engenheiros e arquitetos, e muitos arquitetos, a partir desse olhar humanista, vêm galgando postos de atuação antes exclusivamente dos engenheiros. A Nadia Somekh mencionou a precarização da profissão e uma das questões que contribuem para a precarização do exercício profissional do arquiteto e urbanista é a necessidade de submissão de seu trabalho fruto de sua atribuição profissional ser submetido ao licenciamento público. O trabalho do engenheiro calculista, ao projetar um edifício de sessenta andares, por exemplo, não necessita ter seu trabalho homologado e licenciado por um ente público revisor.

Destaco que uma pesquisa feita pela ASBEA (Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura) constatou que os 9.000 escritórios de arquitetura pesquisados somam o faturamento do maior escritório de arquitetura e urbanismo americano. A média de faturamento anual desses 9 mil escritórios brasileiros é em torno de R\$ 200 mil, o que não seria suficiente para pagar um único profissional com os impostos e encargos de acordo com o sa-

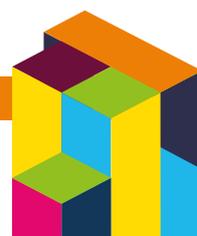
lário mínimo profissional.

É um dado importante. A partir do entendimento de que a nossa profissão é basicamente formada por profissionais liberais - apenas 7% dos arquitetos e urbanistas pesquisados pelo CAU são funcionários CLT, e 58% dizem que trabalham para pessoas físicas - é importante colocarmos que a profissão de arquiteto e urbanista é uma profissão essencialmente formada por profissionais liberais, e aí a necessidade do apoio do legislador em criar mecanismos para que esses profissionais liberais tenham condições plenas de exercício da profissão.

Diante disso, destaco a necessidade, no momento em que a profissão foi regulamentada, de se criar um mecanismo de apoio para que os profissionais tenham condições plenas de exercício profissional com uma modalidade jurídica adequada, otimizada tributariamente para o patamar de renda obtida, evitando, com isso, a criação de subterfúgios de otimização fiscal.

Um escritório que fatura 200 mil reais por ano, diante da condição de um salário mínimo profissional, não tem condições de, primeiro, honrar e, muitas vezes, de pagar para o próprio sócio, para os empreendedores não há condições de pagar um salário mínimo profissional. E, provavelmente, boa parte do que seria a geração de renda e repertório para esse profissional acaba sendo dedicada ao pagamento e à quitação de impostos.

A temática do meio profissional importante nesta discussão é acerca do Simples para a profissão, na busca por mecanismos para que o profissional liberal gere trabalho e renda. A sociedade precisa desse enquadramento de pessoas físicas e pessoas jurídicas capazes de honrar os seus compromissos e assumir o seu papel diante da sociedade.





LESSA GOLIGNAC, Arquiteto e urbanista formado pela Universidade Federal do Ceará, especialista em assistência técnica, habitação e direito à cidade pela Universidade Federal da Bahia, mestre em Arquitetura e Urbanismo e Design pela UFC. É sócio-fundador da Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade, e compõe o Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste. É pesquisador do campo de habitação social e do planejamento urbano democrático. Tem experiência na área de assessoria técnica, movimentos sociais e comunidades de baixa renda na defesa do direito à moradia e à cidade, além de atuar no monitoramento de políticas públicas urbanas, seja participando de espaços da sociedade civil ou de conselhos institucionais do poder público. Faz parte da comissão organizadora do II Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste, previsto para acontecer em Fortaleza em 2022.

Arquiteto e urbanista, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB),

LESSA GOLIGNAC

Agradeço ao IAB pelo convite e ao CAU e às entidades nacionais de Arquitetura e Urbanismo pela realização do evento. Vou falar um pouco do que o professor Ladislau colocou: “o acirramento das desigualdades sociais e junto com ele um acirramento da problemática habitacional”.

Temos assistido a uma explosão de ocupações urbanas nas cidades brasileiras, nas grandes metrópoles, de pessoas que perderam as suas condições de moradia e que, sem outra alternativa, vêm ocupando terrenos ou prédios que não cumprem a sua função social como forma de suprir o seu direito à moradia de uma forma minimamente emergencial. Em paralelo a isso, a partir dos dados da Campanha Despejo Zero, há um aumento dos despejos quando a recomendação é ficar em casa.

Pesquisas do Observatório das Metrôpoles, sobre as metrópoles e a Covid-19 mostram como a pandemia afeta de uma forma completamente desigual nossas metrópoles que também são desiguais, onde os territórios mais pobres e com condições de acessibilidade mais precá-

rias são locais onde geralmente possuem a maior taxa de mortalidade por covid. É preciso ampliar a Arquitetura e o Urbanismo dentro do setor público, entendendo a importância de rever as políticas de austeridade fiscal, como a PEC do teto de gastos que, em tese, dificulta a implementação dessas políticas públicas, em um contexto com cada vez mais pessoas passando fome, sem direitos sociais e sem que os arquitetos possam trabalhar e combater essas desigualdades sociais.

Quero lembrar a Lei Federal de Assistência Técnica, Lei nº 11.888/2008, que assegura às famílias de baixa renda com renda mensal de até três salários mínimos o acesso público e gratuito a profissionais de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, para garantir o direito à moradia. Infelizmente a aplicação dessa lei no país ainda é reduzida, sendo dependente das iniciativas municipais, que têm sido muito poucas. Queria, então, trazer para o debate a possibilidade de se conseguir utilizar essa lei em sistemas de garantia de direitos sociais que já foram estabelecidos, como, por exemplo, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), do Programa Saúde da Família, que é um programa interdisciplinar, o qual visa combater e prevenir as questões de saúde de uma forma complexa.

Sabemos a ligação direta que uma boa ventilação natural e uma iluminação natu-

“por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), do Programa Saúde da Família, que é um programa interdisciplinar, o qual visa combater e prevenir as questões de saúde de uma forma complexa.”

ral em uma residência podem resultar em um ambiente mais salubre para vivência. Sabemos que nas grandes favelas brasileiras há uma situação de coabitação gigantesca, onde, muitas vezes há a construção sem assistência técnica especializada, o que possibilita essa multiplicação de ambientes insalubres.

Como podemos pensar em um sistema público de assistência técnica às residências no qual profissionais arquitetos possam trabalhar associados ao sistema público de saúde no sentido de mitigação dessas doenças e questões pontuais que podem ser resolvidas facilmente? Também há defensorias públicas que atuam na defesa do direito à moradia, mas se vê uma ausência de profissionais da Arquitetura e Urbanismo neste campo.

Nós, que trabalhamos muito com defensores públicos, vemos ordem de reintegração de posse nas quais, por vezes, não há uma assessoria jurídica em defe-

sa de uma comunidade. São processos jurídicos que vêm delimitando o terreno que, em algumas ocasiões, não é o terreno no qual se está reivindicando uma reintegração de posse. Nessa assessoria que fazemos, procuramos verificar se aquele terreno é, por exemplo, uma zona especial de interesse social, que deveria ser priorizado para área de habitação de interesse social.

Gostaria de enfatizar a importância e a necessidade da ampliação do campo da Arquitetura e Urbanismo dentro do serviço público, porque os 19 milhões de pessoas que passam fome, ou os 116 milhões de pessoas que estão em insegurança alimentar não têm condições de acessar o serviço de Arquitetura e Urbanismo. É preciso popularizar esse mercado, facilitar o acesso. Precisamos olhar para os mais vulneráveis, para as pessoas que passam fome, que não têm condições ao acesso ao arquiteto e urbanista. Essa necessidade precisa ser pautada pelo Poder Público, fazendo valer o direito à moradia como garantida pela Constituição: um direito de todos.





LUCIANA SCHENK, Professora-doutora no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP, professora do Programa de Pós-graduação do IAU-USP na área de concentração de teoria e história da Arquitetura e do Urbanismo. É colíder do grupo de trabalho de planejamento dos parques urbanos de São Carlos/SP, presidente nacional da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP) nas gestões de 2018/2020, 2020/2022, secretária do Conselho Executivo do IFLA Américas (International Federation of Landscape Architects). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela FAU/USP e em Filosofia pela FFLCH/USP, tem mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela FAU e doutorado em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação da Escola de Engenharia da Universidade de São Carlos.

Arquiteta e urbanista, presidente da ABAP (Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas),

LUCIANA SCHENK

A ABAP saúda a todos e todas e agradece a esta casa legislativa pela oportunidade de estar aqui com vocês, bem como pela acolhida à temática. O tema formulado tem pauta premente e foi pensado a partir do nosso Conselho e das entidades de representação formadoras

do CAU.

Este é um encontro de interesses e expectativas, anseios, convergências e construção de estratégias. No âmbito da ABAP (Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas), o foco é a paisagem, para além do verdejar da relação entre humanidade e natureza. A alteração dos territórios, das cidades e regiões a partir dos espaços livres, é a pauta e a atividade do nosso trabalho.

Em um mundo pós-Covid, os espaços livres, especialmente os públicos,

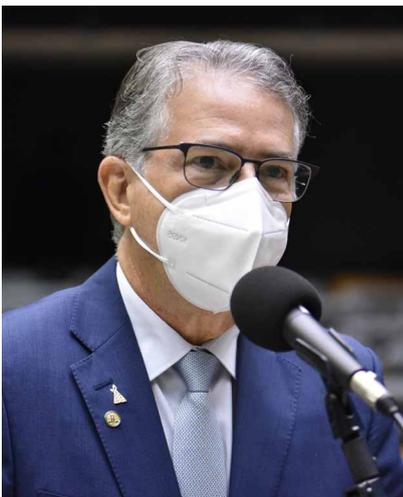
protagonizam a cena como lugares de encontro e sociabilidade. São esses lugares que serão os primeiros a serem ocupados, deve haver um aprendizado em toda essa situação, para se aprender com a história e perceber a oportunidade, compreender a importância dos espaços livres urbanos, ruas, avenidas, praças e parques e como o plano e projeto desses lugares nas cidades significam lazer, descanso, saúde, mobilidade.

Espaços livres abrigam infraestrutura, drenagem, arborização, saneamento. Sua qualidade e distribuição nas cidades é a oportunidade de construir equilíbrio

e justiça social. No âmbito regional, a nossa prática profissional agrega a ideia do desenvolvimento, de que o desenvolvimento tem um custo ambiental, de que somos capazes de auxiliar, mitigando seus impactos. Em outras palavras, podemos contribuir estrategicamente na qualidade do nosso futuro. Regular essas ações

com foco em infraestrutura é criar essas oportunidades.

“Em um mundo pós-Covid, os espaços livres, especialmente os públicos, protagonizam a cena como lugares de encontro e sociabilidade.”



JOAQUIM PASSARINHO, Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará. Sua trajetória política começou em 1988, quando foi eleito vereador e reeleito por três vezes consecutivas. Em 2002, foi eleito deputado estadual, no ano seguinte nomeado secretário de Estado de Obras Públicas. Começou a atuação como deputado federal em 2015. Foi vice-líder do PSD na Câmara dos Deputados, teve destaque no seu mandato como membro das comissões de Minas e Energia e de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços. Em 2018, foi reeleito para a Câmara dos Deputados e assumiu a vice-liderança do governo na Câmara e a vice-liderança da comissão de Minas e Energia.

Encerramento da Mesa 1

Deputado federal (PSD-PA),

JOAQUIM PASSARINHO

Quero parabenizar a qualidade dos nossos debatedores, o que o Márcio mencionou sobre a realidade dos escritórios de Arquitetura. O arquiteto, às vezes, é visto apenas como um desenhista de paisagens, diferente da dimensão real do exercício profissional. Lessa falou muito bem

sobre a falta da participação de arquitetos na vida pública desse país, em especial nas prefeituras. Temos muito pouca participação de arquitetos na formulação de casas populares. Na minha região, de muito calor, as casas populares eram construídas pelo governo federal, ainda com boiler para esquentar a água, então não são levadas em conta as peculiaridades regionais. Estamos em um país continental, a realidade do meu estado, por exemplo, no Pará e na Amazônia, é totalmente diferente da realidade do Sul, do Sudeste e, até mesmo, do Nordeste.

A participação efetiva dos arquitetos dentro das prefeituras, nos estados, nos governos é importante para a maior eficiência nas obras, nos projetos e principalmente na construção da nossa cidade,

como mencionou Luciana Schenk; a cidade deve ter espaços mais agradáveis. A pandemia enfatizou a importância desses espaços bem aproveitados, com qualidade, preservação de ambiente e arejados. Enfim, de modo geral a participação do arquiteto é muito reduzida. Fui secretário de obras no meu estado, uma das coisas que me deixava desconfortável era o valor do salário pago pelos órgãos públicos aos arquitetos e urbanistas. É um absurdo que ainda se tenha, hoje em dia, esse tipo de pensamento de que o arquiteto não passa de um mero desenhista.

Realmente, o arquiteto tem que ser tratado dentro dessa área pública para que possamos entender que, antes de sermos desenhistas, projetistas, somos idealizadores de bons projetos, de boas técnicas para uma cidade mais popular, mais integrada e que considere a sociedade como ela é. Então esses seminários são importantes para trazer ao Poder Legislativo, responsável pela elaboração das leis, a compreensão da importância do arquiteto na formulação de projetos e de espaços públicos, para que tenhamos cidades e habitações que proporcionem maior qualidade de vida, principalmente para aquela parcela da população que mais precisa do setor público, a população de baixa renda.





Foto: Freepik

MESA 2

OS ARQUITETOS E URBANISTAS E AS RELAÇÕES DE TRABALHO



Palestra

Economista, professor de pós-graduação da PUC/SP,

ROBERTO VERAS

ROBERTO VERAS, Doutor em Sociologia pela USP (2002), realizou estágio pós-doutoral no UCLA (Institute for Research on Labor and Employment), nos Estados Unidos (2015-2016), é professor associado da Universidade Federal da Paraíba, atuando no Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-graduação em Sociologia (mestrado e doutorado), do qual foi coordenador desses departamentos entre 2013 e 2015. Foi o primeiro secretário da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), foi coeditor da Revista da ABET entre 2011 e 2015, é coeditor da Revista Política e Trabalho, e parecerista ad hoc da Capes, do CNPq e de várias revistas científicas. Foi membro-diretor da ANPOCS no biênio 2017/2018 e é membro do Comitê de Assessoramento de Ciências Sociais - CA/CS do CNPq (2020-2023).

Gostaria de agradecer o convite do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, em nome de sua presidenta, Nadia Somekh. Gostaria também de saudar os integrantes da Mesa em nome da deputada Érika Kokay. Saúdo, ainda, os parlamentares presentes, as demais autoridades.

Uma saudação especial ao professor Ladislau Dowbor, a quem parablenizo por condensar ideias tão essenciais em tão pouco tempo.

De modo a contribuir com o debate proposto para a mesa, vou discorrer sobre alguns processos que vêm incidindo sobre o mundo do trabalho no Brasil, produzindo transformações desafiadoras para os trabalhadores, suas organizações e a sociedade em geral.

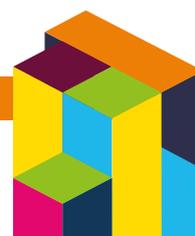
1. Processo de flexibilização das relações de trabalho:

A flexibilização das relações de trabalho, associada ao fenômeno global da reestruturação produtiva é resultado da adoção combinada de inovações tecnológicas e novas estratégias empresariais de gestão da produção e do trabalho.

Seja na sua forma numérica ou externa (relacionada ao emprego), funcional ou interna (relacionada ao uso do trabalho) ou salarial (quanto à forma de remuneração), propicia aos empresários maior poder discricionário na contratação e uso da força de trabalho. No caso do Brasil, esse processo (desencadeado nos anos 1990) atua sobre um padrão desde sempre flexível de relações de trabalho, com elevada rotatividade no emprego e frequente burla da legislação trabalhista. Nesse contexto, destaca-se a terceirização, por sua utilização extensiva, sua capacidade de externalizar custos e seu efeito de segmentação e precarização do trabalho. Tendo perpassado um ambiente estimulante nos anos 1990 e menos favorável entre 2003 e 2015, o processo de flexibilização das relações de trabalho a partir das empresas encontra agora, no pós-2016, grande liberdade e incentivos para progredir.

2. Mudanças nos padrões técnico-produtivos:

O impacto das novas tecnologias no trabalho, na sociedade contemporânea, é inegável, no sentido do aprofundamento do processo de flexibilização das relações de trabalho. Noções como economia da informação, capitalismo cognitivo, capitalismo de plataforma,



gig economy, revolução 4.0, entre outras, têm sido mobilizadas, ao mesmo tempo em que suas implicações no contexto brasileiro estão sendo discutidas. Esta situação desafia os estudiosos e os atores sociais do mundo do trabalho quanto a, pelo menos, três consequências principais: as formas sociais de inserção através do trabalho; a natureza do trabalho; e as formas de organização do trabalho.

Quanto ao primeiro (as formas sociais de inserção através do trabalho), as inúmeras modalidades de contratação, de ocupações informais e de autoemprego, que ostentam as marcas da condição flexível e precária associada à economia da informação, já foram amplamente demonstradas em estudos empíricos, especialmente no sector dos serviços e de produção de software. Mais recentemente, os estudos sobre trabalhadores de aplicativos (entregadores, motoristas, prestadores de cuidados, etc.) e tudo o que implicam em termos de novas modalidades de negócios e novos padrões relações de trabalho, têm ganhado muita relevância. Em economias como a brasileira, a introdução de inovações técnico-organizacionais como os serviços por aplicativos permitem a empresas globais e nacionais se utilizarem das precárias condições de vida próprias das periferias das grandes cidades do país (como têm demonstrado os estudos de Abílio e outros).

Em termos da natureza do trabalho, a disseminação do uso das novas tecnologias e de novas formas de organização do trabalho que essas tecnologias possibilitam, permite ao capitalismo se

“O impacto das novas tecnologias no trabalho, na sociedade contemporânea, é inegável, no sentido do aprofundamento do processo de flexibilização das relações de trabalho.”

apropriar não só dos frutos do trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras, mas também da própria reprodução da vida social, cujo caso limite é a modalidade de trabalho home office, quando se rompe, em desfavor dos trabalhadores e trabalhadoras, a fronteira entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho.

No que diz respeito à organização do trabalho, sob uma gestão algoritmizada, estimula-se nos trabalhadores a condição de empreendedores de si próprios. O “autoempreendedor” é simultaneamente um trabalhador e um “capitalista” muito pequeno que deve gerir o seu negócio e procurar o seu mercado. A lógica sindical estabelecida enfrenta um enorme desafio ao tentar representar este trabalhador *sui generis* que combina trabalho e capital num só ator.

3. Alterações no padrão de regulamentação do trabalho:

A flexibilização do trabalho tem ocorrido em estreita associação com medidas de (des)(re)regulamentação das relações de trabalho. Se nos casos anteriores o agente principal são as empresas, neste caso os protagonistas são os governos, uma vez afinados com as demandas das primeiras (as empresas). No Brasil, diversas medidas foram tomadas ao longo da década de 1990 visando subtrair direitos individuais dos trabalhadores e restringir o poder sindical, a exemplo da instituição do trabalho por tempo determinado, do trabalho voluntário, do banco de horas, do trabalho por tempo parcial, da suspensão do contrato de trabalho, do rito sumaríssi-

“A flexibilização do trabalho tem ocorrido em estreita associação com medidas de (des)regulamentação das relações de trabalho.”

mo, do fim do princípio da ultratividade em acordos e convenções coletivas, do fim da estabilidade do servidor público, entre outras (Krein, 2007). Com os Governos Lula e Dilma, apesar do ambiente mais favorável aos trabalhadores, a desregulamentação do trabalho continuou, embora em ritmo desacelerado, a exemplo da lei das falências, de 2005 (limitando o acesso dos trabalhadores ao pagamento do passivo trabalhista), a reforma da previdência (eliminado o Regime Jurídico Único para os servidores públicos), o programa do primeiro emprego, de 2003 (prevendo a contratação de jovens sem as garantias legais

integrais), a criação do Super Simples em 2006 (prevendo obrigações laborais rebaixadas), a permissão do trabalho aos domingos e feriados no comércio, em 2007, entre outras (Krein e Biavaschi, 2015). Nos governos Temer e Bolsonaro, o país ingressou em uma era de francos retrocessos sociais. No campo da regulação do trabalho, as maiores mudanças vieram com a lei da terceirização e a reforma trabalhista, ambas de 2017. Além da liberalização da terceirização para atividades fins, foi garantida a primazia do negociado sobre o legislado (ao mesmo tempo em que o espaço das negociações coletivas tem sido sistematicamente restringido), operou-se uma verdadeira desconfiguração da CLT (que teve alterados mais de 100 de seus artigos), houve ainda a legalização de diferentes tipos de contrato atípicos e precários, a fragilização do papel da Justiça do Trabalho, a substituição da intervenção estatal na resolução dos conflitos trabalhistas pela autocomposição das partes, a fragilização da organização sindical etc. (Cesit, 2017).

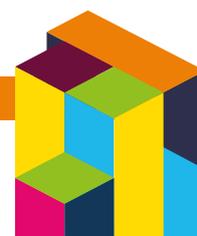
Com a tomada de posse do novo go-

verno a nível federal em janeiro de 2019, novas medidas nesta área vêm sendo acrescentadas às anteriores. A criação de uma nova carteira de trabalho, chamada “verde e amarelo”, estabelecendo uma categoria de trabalhadores assalariados formais com menos direitos, é uma ameaça permanente. Um novo padrão de regulamentação está em plena expansão, desafiando os estudiosos e atores sociais referidos ao mundo do trabalho a analisarem as suas implicações e tendências.

Em resposta a isso, em 2018, foi criada a Rede Nacional de Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista - REMIR, que, em parceria com a Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET, articulam os principais grupos de investigação sobre o trabalho no Brasil, nas áreas da Sociologia, Economia, Direito, Psicologia, centrando-se nas suas implicações para a regulamentação do trabalho.

4. Processo de desindustrialização:

O processo de desindustrialização e regressão da estrutura produtiva do país, iniciado nos anos 90, é também um fenômeno com impactos danosos à economia e ao trabalho. Este problema foi agravado pela crise econômica desencadeada em 2015 e pelas políticas neoliberais que vêm sendo adotadas desde então, com os efeitos econômicos da operação Lava Jato (operação supostamente de combate à corrupção) e com a pandemia de Covid-19. Do lado do trabalho, os seus impactos estão relacionados não só com o volume de empregos gerados na indústria manufatureira, mas também com o nível de remuneração e a qualidade desses empregos (Krein, 2020). Isto aprofunda o processo de externalização da estrutura de emprego no país, que toma a via mais desfavorável para a economia



nacional (baseada no rebaixamento do valor do trabalho), à qual se acrescenta uma componente adicional de insegurança no emprego.

5. Crise multifacetada e persistente:

A esses processos se soma uma situação mais recente: a crise econômica (e política) que se abateu sobre o país a partir de 2015, persistindo até o momento. Mesmo alternando momentos de recessão e de baixíssimo crescimento, espera-se, pelas orientações macroeconômicas do governo e em razão dos efeitos da pandemia, que essa situação perdure, podendo se aprofundar. Entre outras consequências sociais, tem produzido um quadro generalizado de deterioração dos indicadores de emprego e renda, com aumento das taxas de desocupação, de subocupação, de desalento, de subutilização da força de trabalho etc. (como mostram os dados da PNADC).

6. Covid-19:

Esse quadro se agrava e se complexifica com a pandemia da Covid-19. As ações para conter a pandemia, as medidas para proteger e prestar assistência social aos trabalhadores e os processos de retomada das atividades econômicas vêm tendo um grande impacto na questão do trabalho. Perda significativa de rendimentos do trabalho, aumento do desemprego e da população inativa, proliferação do trabalho em home office, distribuição desigual do trabalho precário de acordo com gênero, raça, etnia, geração, etc., expansão do trabalho por meio de aplicativos, especialmente

no caso dos trabalhadores de entregas, são algumas das tendências mais significativas. A análise da “nova normalidade” constituirá um desafio para os estudiosos e atores sociais do mundo do trabalho nos próximos anos.

7. Novas formas de ação coletiva:

As mudanças no contexto sindical são ao mesmo tempo consequência e causa das transformações que atingem o mundo do trabalho. Há inúmeros fatores que durante décadas influenciaram o destino do sindicalismo e da ação coletiva dos trabalhadores, que continuarão a atuar no próximo período. As situações acima referidas estão entre aquelas que tenderão a influenciar de modo mais decisivo os rumos do sindicalismo.

A isso se somam os efeitos de um contexto político de viés autoritário, conservador e retrógrado, que repercute ainda mais negativamente nas lutas e processos de organização dos trabalhadores. Um desafio em particular, e que tende a ganhar maior importância quanto mais se deterioram as condições de trabalho em geral e se reduz o peso dos segmentos mais protegidos e organizados da classe trabalhadora, diz respeito à organização coletiva e sindical dos trabalhadores precários e informais.

Considere-se que, nos últimos anos, têm ganhado destaque manifestações de alguns segmentos desses trabalhadores, normalmente considerados “desorganizados”, a exemplo de operários da indústria da construção civil, varredores de rua, trabalhadores de entregas, entre outros (muitas vezes por fora dos sindicatos). Contudo, é muito provável que as mudan-

“No campo da regulação do trabalho, as maiores mudanças vieram com a lei da terceirização e a reforma trabalhista, ambas de 2017.”

ças provocadas pelas inovações tecnológicas anunciadas e pelas novas bases de regulamentação das relações de trabalho tenham um impacto tão grande que o sindicalismo e os trabalhadores terão de enfrentar desafios que ainda não foram enfrentados.

8. Questões transversais:

Ao passar por todas estas frentes, surge a necessidade de novas rodadas de reflexão e ação sobre as questões de gênero, raça, geração e família, entre outras. Para que estas questões se tornem polos de importantes inovações analíticas, será essencial avançar nas suas interconexões recíprocas (traduzidas nas noções de interseccionalidade e consubstancialidade), bem como na capacidade de identificar formas de ação que gerem novos padrões de relações laborais neste campo.

Esses processos atuam em interação, potencializando-se reciprocamente, indicando uma tendência geral de perdas de direitos e espaços de atuação coletiva, ao

mesmo tempo em que desafiam as organizações dos trabalhadores a renovarem nos seus métodos e formas de luta. Ninguém melhor do que os próprios arquitetos e arquitetas para dizerem se e como tais transformações lhe dizem respeito em alguma medida.

Referências citadas:

Krein – José Dari; BIAVASCHI, Magda (2015). Brasil: Os movimentos contraditórios da regulação do trabalho nos anos 2000. Cuadernos del Cendes, v. 32, n.89, p.47-82. Disponível em: <http://ve.scielo.org/df/cdc/v32n89/art04.pdf>

IT.
Krein – José Dari (2007). A tendência de flexibilização do tempo de trabalho. Revista ABET vol. VI – n.2.

Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT). (2017). Contribuição crítica à reforma trabalhista. Campinas, SP: UNICAMP/IE/CES.



Foto: Divulgação

Mediação da Mesa 2

Deputada federal (PT-DF),

ERIKA KOKAY

ERIKA KOKAY, Com 45 anos de vida pública, está no terceiro mandato de deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores do Distrito Federal, e é uma das vice-líderes do PT na Câmara. Foi eleita por seis anos consecutivos uma das 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, e está entre os parlamentares mais atuantes e produtivos do Brasil.

É uma alegria estar aqui. Quero saudar o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, que tem feito uma luta absolutamente fundamental em defesa da cidade. Temos, nesta con-

temporaneidade, direitos que se colocam de forma muito pujante, o direito de ser em uma sociedade que nos quer coisa, o direito de amar em uma sociedade que nos quer ou que naturaliza o próprio ódio e transforma o ódio em grande medida e metodologia política, e o direito à cidade.



“Quantas vezes nós escutamos, nesta Casa, que era melhor ter um prato de comida do que nada ter?”

O direito à cidade é para todas, todos e todes. A cidade é negada às mulheres em determinados momentos do dia; a cidade muitas vezes nega a liberdade dos próprios afetos, nega a naturalidade dos beijos, dos carinhos. E o Conselho de Arquitetura e Urbanismo tem feito essa discussão. E aqui traz uma discussão que é absolutamente fundamental nesse momento, que diz respeito ao mundo do trabalho.

Temos, no Brasil, um negacionismo em curso, mas não é um negacionismo circunstancial, é um negacionismo estrutural, a negação dos próprios fatos, da própria realidade, e quando os fatos não estão postos, se a realidade não é considerada, não há como se discutir a diversidade, as diversas interpretações da própria realidade. Constrói-se uma narrativa para substituir os fatos e nessa narrativa só cabem aqueles e aquelas que pensam da mesma forma. É um processo de anulação do outro, o outro só tem direito de existir nessa concepção que nega a própria realidade e que constrói como metodologia de atuação política o próprio ódio; o outro só existe se for um espelho da nossa forma de ser, da nossa forma de amar, da nossa forma de pensar, das nossas crenças; e neste quadro vamos ver uma precarização das relações do trabalho.

Roberto Veras discorreu aqui sobre os diversos golpes que têm se estabelecido nos direitos da classe trabalhadora e a tentativa de construir um processo de servilismo aos patrões, de esperar as migalhas que caem da mesa farta dos patrões, daqueles que acumulam o capital, e que acumulam o capital rentista, um capital sem qualquer relação ou qualquer lastro na própria produção. Cabe aos trabalhadores e trabalhadoras aplaudir e desenvolver um servilismo aos patrões

para que lhe restem migalhas.

Quantas vezes nós escutamos, nesta Casa, que era melhor ter um prato de comida do que nada ter? Quando estávamos discutindo a Medida Provisória 1.045, era isso que estava posto. Nós não fizemos o luto dos nossos períodos traumáticos, seja do colonialismo ou da escravidão ou da própria ditadura, portanto esses pedaços estão muito vivos na nossa contemporaneidade, é o mesmo discurso que permeava e tentava justificar um processo de desumanização muito profundo que se deu neste país em quase 400 anos de escravidão. “Ah, é melhor que se tenha R\$ 250, é melhor que se tenha alguma coisa do que nada ter”.

E a mesma discussão nós vimos várias vezes ser, do ponto de vista simbólico e do ponto de vista real, ser posta pelo presidente da República, que nós tínhamos que escolher entre empregos e direitos. Bom, se nós estamos sob a égide de um capitalismo rentista, que não produz, nós não temos estruturação do mercado de trabalho, porque o capitalismo que não produz não precisa ter relação com trabalhadores e trabalhadoras. É também um capitalismo ou uma atividade que está desterritorializada, e que, como não produz, não precisa ter infraestrutura necessária para o desenvolvimento e nem precisa de insumos, enfim, ou de crédito, por isso que se danem as empresas públicas que pertencem ao povo brasileiro e que estão, em alguma medida, sendo garfadas pela lógica privatista.

Estamos vivenciando vários ataques. Tivemos a Reforma Trabalhista, o projeto de terceirização, a Reforma da Previdência e, agora, a PEC 32. E a PEC 32 busca romper a impessoalidade das pessoas que constroem o Estado e submeter o Estado a um processo de compadrio e a um processo da República Velha para nos lembrarmos dos períodos traumáticos que o passado teima, de forma abu-

siva, a estar no nosso presente. Esta discussão é absolutamente fundamental.

Quando se fala do empreendedorismo, da importância de que você seja dono da sua própria história e da sua própria vida, por exemplo, é uma tentativa de esconder a essência da desregulamentação e da precarização, uma retirada profunda dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

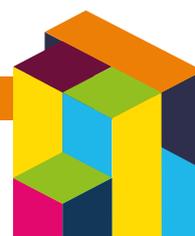
Há aspectos extremamente cruéis, particularmente na Reforma Trabalhista. Estamos retomando ao tempo das mulheres nova-iorquinas que deram origem ao 8 de Março, à luta dos trabalhadores de Chicago que deram origem ao 1º de Maio, o direito ao tempo, porque eles nos arrancam o tempo. O trabalho intermitente arranca os trabalhadores e as trabalhadoras da condição de serem donos e donas do seu próprio tempo para que possam se organizar e vivenciar o conjunto das atividades humanas de que Marx falava, uma sociedade onde você tenha seis horas para dormir, seis horas de lazer, seis horas para estudar, ou seja, que você possa vivenciar o conjunto das atribuições

que nos cabe nesta mágica condição humana.

E hoje temos a profunda precarização com todos os seus enredos que não conseguem esconder como é cruel o processo de retirada do conjunto de direitos em um país de nível de desemprego histórico e, ao mesmo tempo, a diminuição do próprio salário, da renda média de trabalhadores e trabalhadoras. Vivemos tempos duros, mas eu fico com Maiakoviski quando diz que “as ameaças e as guerras, havemos de atravessá-las, tal qual a

“E hoje temos a profunda precarização com todos os seus enredos que não conseguem esconder como é cruel o processo de retirada do conjunto de direitos em um país de nível de desemprego histórico”

quilha corta as ondas do mar”. Por isso a alegria de estar aqui e a alegria de estar coordenando esta Mesa, onde nós vamos escutar tantas falas, que, seguramente, vão fazer com que nós tenhamos um período ou um processo reflexivo necessário para que mergulhemos nas nossas relações sociais, mergulhemos em nós mesmos e possamos, enfim, resistirmos e reexistirmos neste quadro de profunda falta de modéstia na lógica de retirada de direitos do conjunto da classe trabalhadora.





CARLOS EDUARDO NUNES FERREIRA, Vice-presidente da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA); coordenador do Colégio de Entidades de Arquitetura e Urbanismo; doutor em Urbanismo e arquiteto pela FAU/UFRJ; mestre em crítica de Arquitetura e Design em Nova Iorque; professor do Centro Universitário IBMR e da Universidade Veiga de Almeida, da qual foi reitor; coordenador do Docomomo/RJ e conselheiro do Instituto de Arquitetos do Brasil e do Instituto Niemeyer; autor dos livros “Barra da Tijuca: o presente do futuro” e “Teoria e história das cidades”.

Debates da Mesa 2

Vice-presidente da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA),

CARLOS EDUARDO NUNES FERREIRA

É uma satisfação ver tantas mulheres nesse debate, uma paridade de gênero que não se vê em outras situações no Brasil. Como vice-presidente da Associação de Ensino, vou falar do ponto de vista do professor, que vai ter que entrar em uma sala de aula e encarar uns alunos e falar sobre o que os espera na vida profissional, o que a nossa geração está fazendo para eles e o que nós estamos construindo. Na verdade, vou fazer um apelo, vou analisar do ponto de vista da teoria, da prática e da perspectiva de futuro.

Na teoria, em princípio, conquistas como o piso salarial dos arquitetos deveriam ser irreversíveis. Na prática, vemos uma alta taxa de desemprego. Abrir mão de direitos não nos levou a uma taxa de emprego melhor antes da pandemia, durante a pandemia e depois da pandemia. Não há um dado que abrir mão de direitos daria mais oportunidade de trabalho. Não temos que precarizar, temos que desprecariar.

Como perspectiva de futuro, trago aqui algumas metáforas arquitetônicas. Quando pessoas do quilate das que estão aqui se reúnem, soluções serão possíveis. Como é que os arquitetos e

urbanistas têm um piso salarial tão alto e podem atender à população que mais precisa? Alguém, em um grupo de discussão semelhante a esse, há algumas décadas sugeriu: “Vamos fazer assessoria técnica para habitação de interesse social”. Ninguém perdeu emprego, nenhum escritório perdeu projeto e algum avanço social aconteceu, porque são iniciativas que alcançam uma população que não era atendida. A instituição de Zonas Especiais de Interesse Social, instrumento belíssimo do Estatuto da Cidade, ajudou a apontar para soluções. O Código de Obras da cidade formal não foi suspenso, e, no entanto, criou-se uma flexibilização de legislação para uma população que necessita e que seria extinta do território caso fossem aplicadas as regras da cidade formal.

Então algum grupo, como o nosso, pensou e trouxe esse instrumento que direciona a uma solução do problema. Temos exemplos no Rio de Janeiro, da Comunidade Manuel Congo, que ocupou edifícios ociosos na cidade, muito diferente do modelo Minha Casa Minha Vida, que estamos acostumados a criticar de um certo modo. Então alguém pensou no Minha Casa Minha Vida Entidades (MCMV-E), com resultados excelentes para atender a população civil com déficit habitacional.

Mais do que uma contribuição, estou

aqui fazendo um chamamento para que cheguemos a alguma solução, por isso trouxe essas analogias de instrumentos que conseguimos no Urbanismo, que são alternativas para situações específicas e desafiadoras, como aquelas que os novos profissionais de Arquitetura e Urbanismo estão enfrentando. Então o

meu apelo é para que cheguemos, depois desses dois dias, a algum tipo de luz neste tema, porque quero chegar na sala de aula e dizer que nós fomos capazes de ampliar as perspectivas de futuro dos nossos futuros colegas arquitetos e urbanistas.

Foto: Divulgação CAU/BR



TAIANE BEDUSCHI, Arquiteta e urbanista e especialista em Arquitetura da Cidade com graduação sanduíche por três universidades: pela PUC/RS, Universidade Politécnica de Madrid e Hanyang University Seoul South Korea. É sócia-fundadora da Arquitetura Humana, escritório de arquitetura e urbanismo que trabalha com temas como direito à cidade, moradia digna, processos participativos, e fomento às políticas públicas. Em 2018, recebeu o prêmio Arquiteto e Urbanista do Ano da FNA (Federação Nacional dos Arquitetos) na categoria Setor Público. Atualmente, seu escritório desenvolve, junto à FNA, o projeto T.A.B.A - Trabalhadores Articulados em Benefícios da Arquitetura, que tem por objetivo aprofundar o conhecimento de arquitetos e urbanistas sobre as relações de trabalho possíveis no atual contexto social e econômico do país.

Arquiteta e urbanista, **TAIANE BEDUSCHI**

Quero agradecer, sobretudo, ao acolhimento da Câmara que está colocando a Arquitetura no centro do debate político nessa Casa Legislativa, para que possamos debater tanto as relações de trabalho quanto as condições de trabalho da nossa profissão.

Trouxe aqui dois cenários de pano de fundo, um deles é a desregulamentação das relações de trabalho após a reforma trabalhista, e o outro, o desmonte das políticas públicas, sobretudo as de habitação e as que, de alguma forma, contribuem para a luta contra as desigualdades das nossas cidades.

Como pensar no futuro das cidades nesse contexto? É um baita desafio, sobretudo em um contexto pós-pande-

mia, que só evidenciou essa desigualdade nas nossas cidades, nas quais 47% da população não têm saneamento básico. Em que condições os arquitetos e urbanistas enfrentarão esse problema? Quando nos formamos, assumimos, com o nosso Código de Ética, um compromisso com a sociedade para reforçar o papel do arquiteto e urbanista nesses espaços.

O arquiteto e urbanista deve defender o interesse público e respeitar o teor das leis que regem o exercício profissional, considerando as consequências de suas atividades, segundo os princípios de sustentabilidade socioambiental e contribuindo para a boa qualidade das cidades, das edificações e a sua inserção harmoniosa na circunvizinhança, e do ordenamento territorial em respeito às paisagens naturais, rurais e urbanas. O arquiteto e urbanista deve defender as políticas públicas urbanas e o desenvolvimento urbano, a promoção da



justiça e a inclusão nas cidades, a solução de conflitos fundiários, a moradia, a mobilidade, a paisagem, o ambiente sadio, a memória arquitetônica e urbanística e a identidade cultural. Não tem como olhar essa desigualdade das cidades e não se sensibilizar com o que está acontecendo e não pensar na nossa responsabilidade enquanto profissional.

Em que condições de trabalho vamos para esse enfrentamento? Hoje, com o desmonte das políticas públicas, fica muito difícil atender a essas pessoas de baixa renda que realmente estão precisando de arquitetura. Por outro lado, existe um marco legal, que é a Lei 11.888, de 2008, que garante o acesso à assistência técnica para a população de baixa renda. Mas, como atuar dessa forma sem as políticas públicas?

Hoje, temos pessoas jurídicas atuando como autônomas, pensando que muitas delas não estão vinculadas ao trabalho coletivo e muito no trabalho individual. Temos o Simples, mas é muito difícil um arquiteto que está começando conseguir sustentar uma estrutura

“O arquiteto e urbanista deve defender o interesse público e respeitar o teor das leis que regem o exercício profissional”

dessas. Tem o MEI, mas é uma solução precarizada! A própria natureza dela não está articulada com o papel do arquiteto e urbanista, que é uma profissão regulamentada. Precisamos pensar soluções que de fato atendam a essa demanda de desprecarizar o trabalho. Temos de começar a usar essa palavra como nossa bandeira, nossa luta, a desprecarização do trabalho.

Que tipo de pessoa jurídica ou que tipo de relação de trabalho atende os profissionais para que eles, realmente, possam contribuir com o futuro das cidades? Enfim, para que o direito à cidade, à moradia, seja de alguma maneira, efetivado.

O arquiteto e urbanista atua no coletivo, em nenhum projeto o arquiteto atua sozinho. E por que as nossas pessoas jurídicas são individuais? O MEI pressupõe o individual mas o trabalho é coletivo. Não poderíamos pensar em formas de trabalho mais coletivas, mais cooperadas em rede, ao invés de estar pensando na solução individual? Deixo essa provocação.



Arquiteta e urbanista, **ANA FERNANDES**

ANA FERNANDES, Arquiteta e urbanista pela Universidade de Arquitetura e Urbanismo da USP em 1978 e doutora pelo Institut d'Urbanisme de Paris, Université de Paris Val-de-Marne, em 1985. Realizou pós-doutorado na Graduate School of Architecture, Planning and Preservation da Columbia University (1996-1997) e à École d'Architecture Paris-Malaquais (2004). Desde 1985 está vinculada à Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, de onde foi diretora entre 1999 e 2020. Coordenou a Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo entre 1991 e 1995 e atualmente é professora-titular aposentada. Suas principais áreas de trabalho são teoria e história da cidade e do urbanismo, processos urbanos e contemporâneos e interação universidade-sociedade, sempre enfocados a partir da teoria crítica.

Quero agradecer enormemente o convite e saudar essa iniciativa do CAU/BR e do Conselho de Entidades que dele fazem parte e agradecer também ao Legislativo, que é sempre uma instância fundamental de governo e que é extremamente importante, particularmente em períodos mais recessivos do ponto de vista democrático. Quero saudar também o tema que foi escolhido, que é mais do que necessário frente à tragédia de conjuntura que estamos vivendo, que é particularmente devastadora no campo dos direitos humanos, direitos sociais, direitos ambientais e, é claro, direitos trabalhistas. Saudar também os meus companheiros de Mesa e a todos e todas que aqui estão e que se interessam pela questão das relações de trabalho. Quero saudar particularmente o professor Neilton Dorea, presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia (CAU/BA).

Vou abordar questões relativas à ordem dos direitos, desdobradas em duas perspectivas. A primeira, diz respeito a uma sociedade que se quer crescentemente contratualizada, mas intermiten-

te. E a segunda, diz respeito a relação que se mantém entre o exercício profissional e os direitos sociais constitucionais. A primeira grande questão, a derrocada da sociedade, leva também no campo da Arquitetura e Urbanismo, a 'pejotização' e a uma possível 'meificação' da profissão. O que suporia, então, que os contratos temporários seriam o elo de compromisso mútuo baseado em ética pública e que viabilizaria a realização das atividades profissionais dos arquitetos e urbanistas. Um mercado de trabalho extremamente opaco, nebuloso e desigual como é o da nossa área, com complexas relações. E a questão racial é um elemento extremamente importante. Apenas 4% dos arquitetos e urbanistas são negros e pardos, questão muito importante para se pensar e problematizar o desvio de função, assessoria técnica e tudo isso articulado à necessidade de sobrevivência. É um direito à vida, um direito que cabe também aos arquitetos.

A questão é: qual o lugar da organização e da fiscalização do trabalho autônomo agora 'pejotizado' ou 'meificado'? Onde isso se faria? Com qual assessoria jurídica? Qual seria a esfera do direito que deveria ser acionada? O direito individual, o direito coletivo, o direito difuso, que é aquele muito mais complexo porque envolve diferentes dimensões



na sociedade? Como encarar o salário mínimo profissional, que as gerações mais jovens chamam de lenda, porque até hoje poucos conseguiram de fato encontrar um lugar onde este salário mínimo profissional estivesse sendo exercido?

Esse é um desafio colocado às nossas entidades e ao Legislativo em dois sentidos: primeiro, de que forma se poderia pensar na articulação de espaços que dessem apoio à defesa dos direitos dos profissionais? A desprecarização dos direitos dos profissionais nessa configuração, que parece crescente no mercado de trabalho em Arquitetura e Urbanismo. Seria o próprio CEAU, na medida em que várias dimensões estão imbricadas nesse processo? Os sindicatos teriam um papel central nessa questão?

Parece que as próprias centrais sindicais estão se acercando dessa questão, colocando-as em pauta e se abrindo para discussões a respeito. Em outras categorias, na Bahia, por exemplo, existe uma campanha do Sindicato dos Médicos explicando que a adesão ao con-

trato PJ prejudica o próprio conceito de trabalhador e o acesso à Justiça, muito caro no nosso país. Por outro lado, talvez fosse um caminho pensar em caminhar para a constituição de cooperativas de caixas de assistência nas quais o Brasil tem ampla experiência na formação de coletivos autogeridos, como várias experiências de planos de saúde.

Por exemplo, a Universidade Federal da Bahia tem um plano de saúde autogerido que vive sob ataque das grandes operadoras, mas que é muito importante para os professores que nela trabalham. Lembrar, sobretudo, que essas questões não se equacionam individualmente, tencionando imediatamente a esfera do coletivo.

A relação intrínseca entre um trabalhador e a produção de habitação de interesse social, que também é um direito constitucional, é o elemento fundamental para se problematizar também o direito profissional, não apenas enquanto um campo específico do trabalho, mas a sua relação intrínseca com o direito constitucional e com a política pública.



Foto: Divulgação

Encerramento da Mesa 2 Deputada federal (PT-DF), **ERIKA KOKAY**

Esta é uma Mesa que aborda elementos tão importantes: os arquitetos e urbanistas e as relações de trabalho e o fruto do trabalho. O fruto do trabalho faz parte da valorização do próprio exercício de trabalhar. Sou bancária e falávamos muito da síndrome do traba-

lho inútil, em que não se vê o fruto do próprio trabalho. É como se fosse Sísifo, que vai, leva a pedra e volta, leva a pedra e volta, leva a pedra e volta, como que condenado pelos deuses a não ver o fruto do seu trabalho, porque é um eterno recomeçar.

Quando falamos de Urbanismo, falamos de Brasília. Moro em Brasília, no

traço mágico de Lucio Costa. Ele dizia que uma cidade tinha que ser funcional e lúdica. E tinha que ter os prédios até seis andares para que os pais e as mães escutassem o seu filho chamar. E que não haveria barreiras, que o limite seria dado pelo próprio infinito e que deveria ser sempre circundado por bosques. Ora florescem os flamboyants, ora os ipês e temos sempre uma cidade florida neste traço mágico aqui em Brasília, de Lucio Costa, numa construção que também leva as curvas de Niemeyer.

Quando pensamos a cidade, pensamos a cidade para a realização humana, como o trabalho. O trabalho é extremamente estruturante de como você encara a vida, a vida depende muito de suas relações de trabalho. O trabalho vai deixando marcas no próprio corpo. É uma atividade extremamente estruturante que não pode ser associada ao sofrimento e tem que ser associada ao processo de humanização. Trabalho é coisa de gente.

A cidade possibilita às pessoas o senso de territorialidade – “esse território me pertence, eu pertencço a ele, eu o construo, eu me identifico e me vejo nele”. É como uma trança de afetos, de saberes, de relações sociais. Nós somos o chão que a gente pisa e por isso a gente é também quem já foi e é também quem ainda vai chegar. Portanto, a im-

portância dessa discussão é trazida sobre as relações de trabalho, mas a relação da própria cidade é com o trabalho, é com os próprios corpos, cidades que não sejam proibidas, mas que sejam territórios de liberdade. A função do urbanista é absolutamente fundamental nesse sentido. O meu respeito imenso pelos urbanistas e arquitetos e por esta discussão que aqui traçamos, que é a discussão sobre as relações de trabalho, a pejetização, a meificação, ou seja, a precarização.

Lembro-me da camiseta de um entregador de aplicativo extremamente jovem, coisa desse tempo, do trabalho intermitente, do roubar o tempo, de o trabalhador não ter controle sobre o tempo, de ter uma remuneração absolutamente desproporcional ao trabalho exercido, e a camiseta dizia: “Eu entro na sua casa para lhe servir lagosta defumada”, ou seja, resgatando um processo que nos lembra o Brasil do século XIX, sem direitos. E se avança de forma muito rápida para esta destruição de direitos.

A relação de direitos com democracia é umbilical: caminham juntos. Os direitos carregam a democracia para todos os cantos e a democracia é fundamental para a construção dos direitos. Quando temos a democracia ameaçada, os direitos também serão ameaçados.

“A cidade possibilita às pessoas o senso de territorialidade – ‘esse território me pertence, eu pertencço a ele, eu o construo, eu me identifico e me vejo nele.’”





Foto: Divulgação CAU/BR

Encerramento do primeiro dia Presidente do CAU/BR, **NADIA SOMEKH**

Gostaria de agradecer à nossa querida deputada Érika Kokay (PT-DF), ao deputado José Antônio Medeiros (Podemos-MT), ao deputado Joaquim Passarinho (PSD/PA), a todos pelo carinho que a gente vem recebendo nessa Câmara Federal, por todos que podem nos ajudar a melhorar as cidades

brasileiras e o trabalho dos arquitetos. Amanhã tem mais, continuem conosco, obrigada a todos pelas palestras, porém ficamos com desafios.

Os desafios estão lançados, mas acharemos alguns caminhos. Obrigada a todos.

MESA 3

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO TRABALHO DO ARQUITETO E URBANISTA NA VISÃO DAS ENTIDADES QUE COMPÕEM O COLEGIADO DE ENTIDADES DO CAU/BR (CEAU)

Mestre de cerimônia do evento,

MIRIAM CLARK

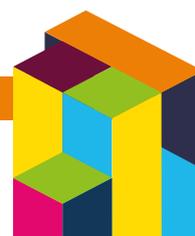
As entidades de Arquitetura e Urbanismo que compõem o Colegiado de Entidades Nacionais de Arquitetos e Urbanistas (CEAU) são correalizadoras deste Seminário que reúne deputados, senadores, arquitetos e urbanistas, acadêmicos da área e representantes da sociedade para debater os principais temas e proposições legislativas que dizem respeito à Arquitetura e ao Urbanismo. São as entidades: Instituto de Arquitetos e Urbanistas do Brasil, Direção Nacional (IAB-DN), Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA), Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA), Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (AsBEA), Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP) e Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FeNEA).

O propósito é contribuir com o Congresso Nacional na defesa da construção de cidades com mais qualidade de vida, com respeito ao meio ambiente e à cultura local. Trata-se de um esforço

nacional para trazer a arquitetura e o urbanismo ao centro do debate público sobre as cidades.

Nesta edição, vamos discutir as transformações do mundo do trabalho. Dando continuidade ao evento, vamos começar agora a 3ª Mesa Redonda, que vai debater os desafios e perspectivas do trabalho do arquiteto e urbanista na visão das entidades que compõem o colegiado de entidades do CEAU. Esse evento está sendo transmitido pelo portal e-Democracia no endereço edemocracia.camara.leg.br/audiencias/sala/2404, bem como pelo canal do YouTube da pelos sites da Câmara dos Deputados e do CAU/BR.

Compõem a mesa deste segundo dia de evento, o deputado Gustavo Fruet, do PDT/PR; a presidente da ABEA, Ana Goes; o presidente da AsBEA, Danilo Batista; a presidente do IAB, Maria Elisa Batista; a presidente da FNA, Eleonora Mascia; o diretor-administrativo da ABAP, Alessandro Filla Rosaneli; e a representante da FeNEA, Mateusa Silva.





GUSTAVO FRUET, Deputado federal (PDT/PR) no quarto mandato, foi prefeito de Curitiba entre 2013 e 2017. Advogado com especialização em Direito Penal, mestre em Direito Público e doutor em Direito das Relações Sociais. É membro da Comissão de Desenvolvimento Urbano e da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e vice-líder da minoria na Câmara dos Deputados.

Mediação da Mesa 3

Deputado federal (PDT/PR),

GUSTAVO FRUET

Agradeço a todas as entidades, em especial ao CAU/BR, em nome da sua presidente, Nadia Somekh, de toda a assessoria, destacando o privi-

légio de poder participar desta Mesa em nome do nosso presidente, José Priante (MDB/PA), num momento desafiador para todas as atividades profissionais, no momento de crise econômica, sanitária e de altos índices de desemprego também no Brasil, mas com olhar muito especial a profissionais que tenham a oportunidade de melhorar a convivência.

Ao longo da minha vida pública, seja como parlamentar, mas principalmente como prefeito de Curitiba, estabelecemos os mais diferentes convênios e parcerias, e principalmente o incentivo à participação profissional nos diferentes conselhos decisórios da prefeitura, desde a área de Urbanismo até elaboração do Plano Diretor. Hoje, esta comissão aprovou um projeto que cria a Política Nacional de Cidades Inteligentes, projeto que foi longamente debatido no Centro de Estudos da Câmara e tem a pro-

positura com a participação de vários parlamentares incluindo o presidente desta Comissão, deputado José Priante (MDB/PA), a deputada Ângela Amin (PP-SC) e o deputado Francisco Júnior (PSD-GO).

Tive a honra de ter sido o relator desse projeto no qual tratamos da importância da participação de profissionais da Arquitetura e Urbanismo, quando se defende o protagonismo das cidades no século XXI e, neste tempo da vida política brasileira, quando se discute muito a desregulamentação e a desburocratização - que isso não se confunda com a precarização da atividade profissional e principalmente com a desconsideração e o desrespeito para com a formação que ajuda a qualificar e capacitar multiprofissionais no Brasil, como nós vemos nas atividades do Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

Sejam todos muito bem-vindos. É uma oportunidade para a Câmara receber essas informações, e ficarei atento, não só nesta Mesa, mas acompanhando depois o relatório final, para que possamos, no âmbito do Congresso Nacional, dar continuidade a esse tema objeto de tantas ações positivas que vêm sendo realizadas.



ANA MARIA GOES MONTEIRO, Coordenadora do Colegiado Permanente das Entidades Nacionais dos Arquitetos e Urbanistas, presidente da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA). É graduada em Arquitetura e Urbanismo, tem mestrado em Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, doutorado pela Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas. É docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unicamp, do qual também foi coordenadora de graduação.

Palestras da Mesa 3

Presidente da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA),

ANA MARIA GOES MONTEIRO

Em nome da diretoria da ABEA, agradeço a acolhida dessa Casa Legislativa e saúdo os colegas da Mesa. Ao discutir as transformações no mundo do trabalho, pretendemos trazer à tona a experiência do dia-a-dia dos nossos colegas arquitetos e urbanistas nas suas mais variadas atuações, e, com isso, contribuir com os parlamentares na defesa da construção de cidades mais humanas, democráticas e com mais qualidade.

Para que isso aconteça é necessário que nossos futuros profissionais tenham uma boa formação. Porém, para que isso se dê, é urgente que se coloque na mesa a situação das condições de trabalho precarizado de grande parte dos arquitetos e urbanistas dos mais de 750 cursos de Arquitetura e Urbanismo existentes no Brasil.

Nas últimas décadas, a educação superior no Brasil se transformou em um imenso campo de investimento, realização de negócios e aferição de lucros.

Neste sentido, o que se tem visto em relação ao ensino superior brasileiro é uma formação voltada para o atendimento de um mercado a curto prazo, voltado a questões meramente técnicas de cunho prático e imediatista.

De acordo com Locatelli¹, a política de educação adotada no Brasil não só representou a possibilidade de expansão desse nível de ensino, como também trouxe consequências importantes para o trabalho docente na universidade. Entre as principais consequências está a constituição de um professor de tempo parcial, que cada vez mais vai perdendo sua capacidade crítica e seu espaço de intelectual, e como tendência observa-se um docente universitário sem autoridade, massacrado por um conjunto de regulações, submetido a um fazer quase repetitivo do ato de dar aulas com preocupações voltadas para os indicadores de produtividade, que geralmente são insensíveis às condições concretas do fazer pedagógico.

Pesquisa realizada em 2012 por Santos², portanto nem tão nova assim, mas surpreendente com a sua atualidade, podemos ver que os professores das

1 LOCATELLI, Cleomar. Os professores no ensino superior brasileiro: transformações do trabalho docente na última década, Estudos Rbep. <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.98i248.2815>

2 SANTOS, Sheila Daniela Medeiros dos. A precarização do trabalho docente no Ensino Superior: dos impasses às possibilidades de mudanças. Educar em Revista, Universidade Federal do Paraná, número 46, outubro-dezembro de 2012, páginas 229-244.



“Nas últimas décadas, a educação superior no Brasil se transformou em um imenso campo de investimento, realização de negócios e aferição de lucros.”

instituições privadas, especialmente eles, vivenciam uma realidade extenuante, marcada pelo medo constante do desemprego, pela ausência de garantias dos seus direitos sociais, pela impossibilidade de construção de uma carreira, pela desvalorização social, pela perseguição às práticas de organização sindical, pela submissão ao poder do cliente. No espaço acadêmico da rede particular, também se difunde a regra empresarial de que “o cliente tem sempre razão”, pelas represálias ao exercer autonomia, expressão das suas ideias e por aí vai, além de serem obrigados a ministrar aulas de fácil apreensão, em consonância com as exigências do mercado.

Obviamente todos esses elementos impactam no trabalho docente, com consequências danosas para o professor, para os alunos e para a sociedade de uma forma geral. Com a pandemia, pudemos observar que essa realidade, que não era a nova, ficou mais do que exposta. Diversas instituições superlotando as salas de aula, reduzindo a carga horária presencial e optando por professores menos experientes ou com formação mais baixa, como forma de reduzir custos e aumentar os núcleos dos investidores.

O tempo de trabalho não se limita mais ao espaço da empresa ou da sala de aula. É mediado pelas tecnologias de comunicação. As delimitações entre o individual e o coletivo se tornaram contraditórias e o outro se tornou um adversário, estimulado pela competição que se cria com a ideia do fundamento do espírito empreendedor. Por outro lado, se observarmos as chamadas sociedades do aprendizado ou do conhe-

cimento dos países avançados, elas se destacam pelo papel central do avanço do conhecimento, alto investimento em pesquisa, aumento do número de professores, engenheiros, técnicos, cientistas e pesquisadores.

A organização de grandes programas científicos e tecnológicos, que mobiliza vários pesquisadores brasileiros e também a existência de importantes empresas de base tecnológica, tudo isso são aspectos que refletem a busca seletiva dessa sociedade por liderança no progresso do conhecimento. Nas últimas décadas, nesses países, houve mudança no perfil ocupacional e educacional da força de trabalho, crescimento e diversificação de educação, ampliação do ensino em todos os seus níveis, valorização das profissões pedagógicas. Deu-se prioridade ao avanço do conhecimento.

Assim, considerando-se o papel estratégico que o ensino superior pode ter e tem tido na sociedade, é preciso que se verifique com cuidado as condições do trabalho docente no Brasil, sobretudo aqueles relacionados ao efetivo de trabalhadores que atendem as instituições privadas, especialmente depois da pandemia.

Torna-se necessário compreender e reconhecer as especificidades do campo educacional, especialmente se falarmos de professores arquitetos e urbanistas que trabalham na formação de um dos principais agentes da construção das cidades. Se as queremos mais democráticas, com mais qualidade de vida, com mais respeito ao meio ambiente e a cultura local, precisamos de arquitetos e urbanistas atuantes com espírito crítico e humano e, para isso, é preciso desprecarizar as condições de trabalho de nossos colegas arquitetos e urbanistas professores.



DANILO BATISTA, Arquiteto e urbanista, administrador de empresas, graduado pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Engenharia e Gestão de Processos e Sistemas, atua na área de projetos e gerenciamento há 38 anos. É sócio-diretor da DIP Arquitetura Limitada e foi presidente da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura, seção de Minas Gerais (AsBEA) de 2015 a 2017. Foi presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais, na gestão 2018 a 2020; coordenador do Fórum Nacional de Presidentes dos CAU's, de janeiro de 2019 a janeiro de 2020; coordenador do GT de Mercado e Relações Internacionais do Fórum de Presidentes dos CAU's, de janeiro de 2020 a dezembro de 2020; e presidente da AsBEA desde agosto de 2021.

Presidente da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (AsBEA), **DANILO BATISTA**

Cumprimento primeiramente a nossa presidente, Nadia Sometkh, e a todos os arquitetos e urbanistas e ao CAU/BR. Cumprimento o deputado Gustavo Fruet (PDT/PR), que representa aqui o nosso Congresso Nacional, muito obrigado pela oportunidade. É uma satisfação estar aqui e poder discutir assuntos de tanto interesse dos arquitetos e urbanistas e principalmente questões relativas ao trabalho, que é o tema deste seminário.

A AsBEA-BR (Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura) é uma entidade nacional que reúne grande parte dos principais escritórios de Arquitetura e Urbanismo do país. O início ocorreu em São Paulo em 1973 e só mais tarde ampliou suas fronteiras. Hoje a entidade possui 10 regionais espalhadas pelo país e mais 04 em formação. Nesses 48 anos a AsBEA tem trabalhado pela valorização da Arquitetura e Urbanismo, com foco no setor empresarial, que sempre enfrentou grandes dificuldades no Brasil, onde o estabelecimento e a manutenção de uma empresa são marcados por grandes desafios.

É muito relevante a força associativa. Através da soma de esforços, associações e entidades são capazes de representar os interesses de seus associados e trabalhar as pautas convergentes. Dentre as importantes pautas da AsBEA podemos citar as ligadas ao mundo do trabalho, objeto desse Seminário.

O tema do Seminário é "As Transformações no Mundo do Trabalho". Ao longo do tempo, o mundo do trabalho sofreu diversas mudanças, seja em suas formas de implantação, nos regimes de contratação, no mundo das empresas, no universo do setor público, dentre outros.

Em função da precariedade das relações de trabalho e da necessidade de proteção do trabalhador, surgiu a CLT, um instrumento criado por decreto em 1943, durante a ditadura do Estado Novo. O país passou por profundas transformações desde então. Desta forma, após mais de 70 anos, foi necessária uma modernização desse instrumento. Assim, em 2017, foi aprovada uma reforma trabalhista, atualizando as relações de trabalho, tornando-as um pouco mais próximas da realidade. Sendo um processo dinâmico, essas relações continuam em transformação. Assim, é necessário que seja ampliado o leque de possibilidades, surgindo modalidades cada vez mais adequadas à realidade



do trabalho. Hoje, profissionais de diversas especialidades já prestam serviços por demanda para mais de uma empresa, por exemplo. Empresas de consultoria técnica ou de prestação de serviços específicos podem atender as necessidades de outras empresas, um vez que a terceirização da atividade fim é uma realidade, além de legal.

Da mesma forma, as empresas brasileiras passaram por diversas formas de constituição, assim como foram sujeitas aos diversos regimes tributários, que se transformaram ao longo dos anos. Atualmente há diversas modalidades de empresa, com base no porte, natureza jurídica e regimes tributários. Entretanto, no caso de profissionais liberais, como arquitetos e urbanistas, não há, no momento, nenhuma natureza jurídica e regime tributário adequados para profissionais em início da atividade profissional. Um dos objetivos desse Seminário é exatamente a discussão de uma proposta de uma nova possibilidade de constituição de pessoa jurídica com regime tributário mais adequado, já que o que existe de mais próximo do viável seria a MEI que, por sua natureza, não se adequa a profissões regulamentadas.

É importante frisar que a Arquitetura e Urbanismo, por ser uma profissão muito generalista, englobando inúmeras atribuições, permite diversas possibilidades para que os arquitetos e urbanistas se estabeleçam, especialmente

“Assim, é necessário que seja ampliado o leque de possibilidades, surgindo modalidades cada vez mais adequadas à realidade do trabalho.”

por meio de empresas e prestação de serviços técnicos especializados. O objetivo maior das entidades do nosso setor é exatamente valorizar a Arquitetura e Urbanismo. Uma das formas dessa valorização é criar condições para os arquitetos de mercado possam se estabelecer e exercer suas atividades de forma justa e sustentável, criando muitas oportunidades de trabalho, inclusive, para outros profissionais.

Hoje temos diversas entidades dentro do CEAU-CAU/BR, cada uma representando um setor, sendo a ABEA, as instituições de ensino de Arquitetura e Urbanismo, a ABAP, dos arquitetos paisagistas, o IAB, dos arquitetos e urbanistas, a FNA, dos sindicatos de arquitetos e urbanistas e a AsBEA, que representa as empresas do setor. Além disso, temos a FeNEA, que representa os estudantes de Arquitetura e Urbanismo.

Pesquisas recentes mostram que em torno de 90% das empresas de Arquitetura e Urbanismo têm até três profissionais e isso é um dado muito relevante e tem que ser levado em conta quando se discute a questão de uma empresa e da relação jurídica dela e as questões tributárias.

Temos que trabalhar em conjunto, de forma a chegarmos a um denominador comum. Por fim, seria muito gratificante conseguirmos obter sucesso com a aprovação da nova modalidade que será discutida na próxima mesa.



MARIA ELISA BAPTISTA, Doutora em Urbanismo pelo ProUrbí da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Arquitetura e Urbanismo e graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Foi coordenadora do curso e chefe do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC/MG. Atua principalmente em projetos de arquitetura, espaço público e reabilitação urbana e ensino.

Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), **MARIA ELISA BAPTISTA**

Em nome do IAB saúdo as colegas de mesa, que com suas falas facilitaram muito meu trabalho aqui, saúdo o Deputado Gustavo Fruet (PDT-PR), que nos recebe, parlamentares, em especial a Comissão de Desenvolvimento Urbano. É muito bem-vinda a iniciativa desta Casa Legislativa e do Conselho de Arquitetura e Urbanismo em trazer o trabalho como tema de debate.

Muitas vezes, na prática de nosso ofício, ficamos perplexos frente à dimensão das variáveis envolvidas. Lidar com a complexidade de um projeto de arquitetura não é coisa que se resolve sem um olhar periscópico, telescópico e microscópico. Esses termos, estranhos à profissão, podem talvez resumir a ação do arquiteto e urbanista brasileiro. Um olhar que abarque nossas dimensões continentais e a urgência de prover moradia de qualidade para todas as pessoas, entendendo as restrições impostas aos programas eventuais de provisão habitacional e as incertezas de políticas públicas sazonais; um olhar que compreenda o desafio de deixar mais leve nossa pegada no planeta, nessa que é uma das indús-

trias mais impactantes ambientalmente, tanto do ponto de vista dos recursos que utiliza quanto dos resíduos que gera e do território que preda; e um olhar que se dedique a valorizar os muitos modos de viver de nossa gente, tratando com delicadeza o lugar de nosso cotidiano.

Nossa educação profissional cobre um arco que vai das ciências exatas à arte, mediado pelas ciências sociais e humanas. Não é pouca coisa, um saber que se reconstrói pela experiência, pela interlocução com tantos campos dos saberes eruditos e populares, pela observação e, principalmente, pela proposição.

Somos uma gente que quer mudar o mundo. Não é leviandade, nem arrogância, mas a certeza de que o mundo pode ser melhor do que é. Compreendemos que o mundo é injusto e violento, que estamos a trilhar um caminho suicida hoje no Brasil, como tão bem nos mostraram os professores Ladislau Dowbor e Roberto Veras.

Sabemos também que há trabalho a fazer, e há beleza nesse trabalho.

Digo isso porque também somos um povo que vive a brutal contradição de habitar um dos lugares mais generosos do planeta e de vê-lo ser destruído dia após dia, abandonando ao longo do ca-



minho milhares, milhões de pessoas. Fôssemos um país pobre, miserável, sem recursos, mas não. Há riqueza e esbanjamento à nossa volta.

A realidade brasileira nos chama para o trabalho onde é mais preciso: nas comunidades mais pobres, nos lugares menos atendidos, com as pessoas mais vulneráveis, mas cada vez que precisamos nos valer de um direito é preciso reconquistá-lo. Assim, há que resistir e inventar modos de trabalhar.

E para isso nosso esforço precisa desaguar na formulação e, principalmente, na aplicação de políticas públicas integradas que possibilitem essas ações, garantam a participação popular, proporcionem recursos e financiamento na ponta, na gestão municipal.

Ontem, o professor Carlos Eduardo nos lembrou das propostas que vingaram fruto de reuniões. Gostaria de acrescentar a elas, mais algumas:

Vejam, todos compreendemos a estreita relação entre ambiente e saúde, todos sabemos que condições insalubres causam doenças. As epidemias sempre trouxeram à tona essa estreita relação entre uma vida saudável e os espaços que habitamos, e a Covid denunciou a precariedade assustadora das condições de moradias do nosso povo.

No meu modo de ver, não há nada melhor e mais barato para o país que garantir que todas as pessoas morem com dignidade, com água tratada, esgoto, luz, transporte, acesso à cidade. A economia resultante em um país em que todos morem bem é tremenda, em todas as

“Somos uma gente que quer mudar o mundo. Não é leviandade, nem arrogância, mas a certeza de que o mundo pode ser melhor do que é.”

frentes: na educação, na segurança, no trabalho, e, claro, de modo absoluto, na saúde.

É tão visceral essa relação entre a Arquitetura, o Urbanismo e a saúde, que levou à regulamentação da nossa profissão, à formalização da educação, à fiscalização necessária,

aos estudos conceituais e a avanços tecnológicos.

Assim, precisamos criar a exigência de que os arquitetos e urbanistas estejam nas equipes de saúde da família, ombro a ombro com os médicos e os assistentes sociais. Somos a profissão que diagnosticará e proporá alterações em direção a casas e cidades saudáveis.

Uma segunda proposta alinha-se à campanha do CAU por mais arquitetos. É preciso que todos os 5.570 municípios brasileiros contem com arquitetos e urbanistas em suas prefeituras. Podemos pensar em programas de residência técnica compondo parcerias entre universidades, entidades e prefeituras, reunindo a formação e capacitação de quadros e a melhoria na gestão do território e nas soluções urbanísticas e infraestruturais dos municípios, ampliando o que já acontece, por exemplo, na Universidade Federal da Bahia e em outras instituições.

A terceira proposta pode ser compreendida por uma metáfora: a de que o cimento deve ser considerado tarja preta. Não há tempo, aqui, para falarmos sobre a questão fundiária, o grande nó da nossa sociedade. Mas o Brasil acostumou-se com a autoconstrução, único modo dos pobres proverem a própria receita construtiva, por sua conta e risco, e também com obras intermináveis sem projeto ou planejamento. Uma auto medicação, completamente desassistida e perigosa.

“É tão visceral essa relação entre a Arquitetura, o Urbanismo e a saúde, que levou à regulamentação da nossa profissão”

“O Brasil acostumou-se com a autoconstrução, único modo dos pobres proverem a própria receita construtiva, por sua conta e risco, e também com obras intermináveis sem projeto ou planejamento”

Contando inclusive com financiamento federal, podemos ir a qualquer depósito de material de construção e comprar, por exemplo, uma caixa d'água de 5 mil litros, alguns ferros, uns tantos sacos de cimento, fios e tubos, e por em risco nossa vida e a dos vizinhos.

Como os farmacêuticos estão nas farmácias, precisamos de arquitetas e arquitetos em cada ponto de venda de material de construção. E da definição de quais materiais podem ser comprados sem receita, e quais só com receita arquitetônica.

Por fim, quero saudar a política de fomento à ATHIS pelo CAU, instituída em 2016, o ano que marcou a retomada do assalto aos direitos trabalhistas e o do desmonte das políticas públicas de habitação, saúde, cultura e educação. Tornase urgente expandir a ideia, os recursos, a capacitação, a compreensão e o empenho por parte dos gestores públicos e a articulação institucional para que, de fato, prestemos os serviços tão bem desenhados na Lei nº 11.888/2008, que nos equiparou à saúde e à defensoria públicas.

Como disse, há trabalho a fazer, e o Instituto de Arquitetos do Brasil se alinha a todos que lutam pelo direito à cidade e à Arquitetura e por condições dignas de trabalho.



Foto: Divulgação CAU/BR

Presidente da Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas (FNA), gestão 2020-2022,

ELEONORA MASCIA

ELEONORA MASCIA, Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (1993-1998). Mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia - UFBA (2010-2012). Ingressou em 04/04/2000 como arquiteta da Caixa Econômica Federal, onde atualmente desenvolve suas atividades na Vice-presidência de Habitação (VIHAB).

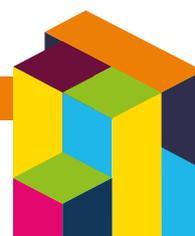
Quero saudar a Câmara dos Deputados, na pessoa do Exmo. Deputado Gustavo Fruet, o CAU/BR e sua presidente Nadia Somekh, as entidades do CEAU - Colegiado de Entidades

de Arquitetura e Urbanismo, assim como todos(as) que estão nos assistindo nesta 3ª mesa do VIII Seminário Legislativo.

Este é o nosso tema, uma entidade sindical que congrega os sindicatos de Arquitetura e Urbanismo. Gostaria de trazer

dois pontos para esta pauta tão importante que trata das transformações no mundo do trabalho.

O primeiro ponto que quero abordar é a questão do piso salarial, instituído pela Lei do Salário Mínimo Profissional. Neste ano de 2021 nós participamos de intensa mobilização junto ao CAU/BR e às entidades representativas de outras categorias, pela derrubada de emenda à MP 1.040, que pretendia suprimir a Lei do Salário Mínimo Profissional (Lei Federal 4.950-A/1966). Entendemos que esse foi uma articulação importante para preservar



uma das garantias fundamentais que regulamenta a remuneração dos arquitetos e urbanistas. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal também atuaram para preservar um direito tão importante, conquista fundamental ao piso salarial.

Nós, arquitetos e urbanistas, defendemos cidades inclusivas e, para isso, precisamos enfrentar a precarização das relações de trabalho e defender direitos e oportunidades de trabalho para todos. Como bem colocou o Deputado Gustavo Fruet, a simplificação e desburocratização administrativa não pode ser confundida com desregulamentação e precarização. Este é um legado importante para ser defendido nas instâncias que atuamos.

O outro tema é o PL 55/21 para criar o MEI – Micro-empendedor Individual para Arquitetos e Urbanistas, projeto de lei apresentado pelo Deputado Otto Alencar Filho. A proposta traz como justificativa a necessidade de uma alternativa de formalização para os profissionais, especialmente os que estão iniciando a vida

profissional. O estabelecimento do MEI é de 2008, com facilidades como a desonegação da Pessoa Jurídica e facilidades no acesso ao crédito, formalizando os que se declaravam como informais. O sentido é de se avançar, buscar alternativas para os que querem entrar no mercado de trabalho e ter facilidades para se estabelecerem. Estamos tratando de uma profissão regulamentada, com seu conselho próprio, e não podemos retroceder no que já temos garantido.

Queremos dar oportunidade aos que precisam estar formalizados, com ônus tributário mais simplificado, e não criar brechas para que estas pessoas venham a ingressar no mercado como contratadas, com remunerações abaixo do Salário Mínimo Profissional. Profissionais precisam ter essa consciência e a sociedade essa percepção, para que juntos possamos fazer a defesa da atuação correta, necessária, de maneira que a profissão se torne reconhecida e valorizada.



Foto: Divulgação CAU/BR

Diretor administrativo da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP),

ALESSANDRO FILLA ROSANELI

ALESSANDRO FILLA ROSANELI, Diretor-administrativo da ABAP (Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas), mestre e doutor pela FAU-USP, pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná, professor associado do curso de Arquitetura e Urbanismo no Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, todos na UFPR. É coordenador do Observatório do Espaço Público.

Quero saudar a presidente do CAU/BR, arquiteta e urbanista Nadia Somekh; a minha presidente, Luciana Bongiovanni, e o meu conterrâneo

paranaense deputado Gustavo Fruet (PDT-PR), ex-prefeito de Curitiba. É uma honra estar aqui com vocês debatendo um tema tão importante, tão premente na sociedade.

Vivemos num mundo em profunda transformação do trabalho, há décadas,

mas que se acelerou nos últimos anos. Por um lado, existe uma visão de que o desenvolvimento tecnológico irá alterar radicalmente as profissões, extinguindo algumas e criando outras. Aponta que a globalização e a internet criaram um cenário de volatilidade, imprevisibilidade, complexidade, ambiguidade, fragilidade, ansiedade, não-linearidade e incompreensão que impelem desafios às empresas e aos trabalhadores, especialmente após a pandemia da Covid-19.

“Por outro lado, existe uma leitura mais crítica dessa conjuntura, apontando para os perigos dessas rápidas transformações do mundo do trabalho, pois acarretariam a perda de direitos arduamente conquistados pelos trabalhadores.”

Para os profissionais, existe a sensação de que diante de tantas mudanças e acontecimentos, a instabilidade do mundo do trabalho impõe imaginar que uma carreira longa e duradoura, um ‘emprego para a vida inteira’, é cada vez mais impossível. Nesse cenário, o papel da educação é central, mas também exige certas mudanças: cada vez mais o profissional do século XXI precisa compreender que as *soft skills* e o conhecimento tecnológico estão sendo valorizados para além das habilidades técnicas (*hard skills*), geralmente fornecidas pelas Instituições de Ensino Superior (IES). Assim, esse profissional precisa cultivar algumas características para conseguir se adaptar a esse mundo volátil: resiliência, flexibilidade, empatia, autoconhecimento e humanismo. O profissional do século XXI deve estar consciente de que deverá aprender a aprender, não somente a operar uma informação repassada passivamente pela sua vida inteira. Uma ‘educação perpétua’ para uma constante construção da carreira. As IES precisariam compreender essas alterações e instituir uma revolução na sala de aula.

Portanto, a educação torna-se ainda mais essencial, pois deve ser transformadora e formadora de pessoas, para além de profissionais. Deve prepará-las para esse mundo do trabalho em constante mutação e repleto de oportunidades, no qual cada estudante assume certo controle de sua formação, a seu tempo e condição. As novas gerações estão cada vez mais atentas e preparadas a essas questões, mas, por vezes, encontram resistências das instituições, que ainda mantêm algumas estratégias de ensino numa abordagem tradicional. Cabe ressaltar que tais mudanças no universo do ensino não devem significar uma total rendição da formação ao mercado, mas devem se conectar a um cenário do mundo do trabalho em rápida transformação.

Por outro lado, existe uma leitura mais crítica dessa conjuntura, apontando para os perigos dessas rápidas transformações do mundo do trabalho, pois acarretariam a perda de direitos arduamente conquistados pelos trabalhadores. Nesse sentido, indica que antigos problemas trabalhistas ainda persistem e são agravados por essas mudanças, na medida em que as novas morfologias de atuação são mais precárias que as antigas formas de trabalho. A reestruturação produtiva que experimentamos com a 4ª Revolução Industrial, com seu foco no aumento da eficiência e produtividade, está promovendo massiva perda de postos de trabalho e alterando as formas de contratação, por meio da plataformação, com reduzidas garantias trabalhistas. Como forma de sustentar essas transformações, os governos têm alterados suas legislações, flexibilizando as formas de contratação e diminuindo os espaços de luta (a sustentação sindical, por exemplo) que, no Brasil, foram estabelecidos com a reforma trabalhista de 2017.



“As IES precisariam compreender essas alterações e instituir uma revolução na sala de aula.”

Assim, aumentou-se a fragilidade e a vulnerabilidade no mundo do trabalho, num país extremamente desigual e com preocupantes índices sociais, especialmente entre os mais vulneráveis. Especificamente, destaca-se a taxa de analfabetismo, o analfabetismo funcional e o desemprego estrutural, que além de permanecer em altos níveis no geral, atinge mais mulheres e pessoas com baixa escolaridade, mas, especialmente, tem dificultado a inserção da população jovem.

A pandemia da Covid-19, por sua vez, agravou esse quadro de precariedade escolar, tornou ainda mais visível as mazelas socioespaciais do país e aumentou a instabilidade do emprego, especialmente dos estratos menos qualificados. Dessa forma, uma visão mais positiva sobre o futuro do mundo do trabalho potencializado pelas transformações da 4ª Revolução Industrial teriam limitada percolação na população brasileira. Cabe registrar também que o cenário ambiental é motivo de preocupações, dadas as escolhas energéticas e produtivas que suportam a atividade humana no planeta.

No universo de trabalho da Arquitetura e Urbanismo, os velhos problemas ainda persistem e novos aparecem, em consequência direta das rápidas mudanças na sociedade. Hoje somos por volta de 200 mil arquitetos e urbanistas, desigualmente distribuídos pelo território, mas com muita dificuldade de inserção em todas as regiões brasileiras, ainda que a indústria imobiliária tenha se expandido e os ganhos se multiplicado por todo o território nacional. Nessa cadeia de produção, pública e privada, formal e informal, a absorção do profissional da Arquitetura e Urbanismo encontra sérias limitações e desprestígio. De um

lado, não se consegue atender a maioria da população brasileira, mesmo com a enorme carência habitacional; de outro, na incorporação imobiliária, não se consegue fazer valer a importância das decisões projetuais frente às decisões de marketing.

Os cursos de Arquitetura e Urbanismo também precisam estar atentos a esse cenário de transformação da produção e da conjuntura política e ambiental do mundo, precisam conectar-se com a realidade sociopolítica-espacial do Brasil, reverberarem as questões prementes da região em que se inserem. Talvez estejam passando uma ideia limitada dos desafios e do futuro da profissão, muito centradas a demandas e situações irreais e/ou distantes da vida cotidiana de sua comunidade local. Ainda transmitem, dada a tendência em sobrevalorizar a Arquitetura em detrimento ao Urbanismo e Paisagismo, a ideia do controle geral do processo construtivo pelo arquiteto e urbanista, como um “gênio criativo”. Seus projetos pedagógicos se centram no processo projetual, pouco enfrentando o sistema construtivo, os avanços tecnológicos e os procedimentos orçamentários, quer seja, a complexidade da produção do espaço, público e privado. Estariam formando profissionais com grandes ou irreais expectativas?

O ensino da Arquitetura da Paisagem ainda encontra grandes obstáculos, reduzindo seu escopo e potencial de contribuição para a formação de um profissional mais engajado com as questões que emanam da paisagem. A atuação na Arquitetura da Paisagem, por conseguinte, é ainda mais limitada, pois essa especialização tem sido vista como uma forma de ‘decorar’ o resultado construído final. No setor público, muitas decisões que afetam as paisagens brasileiras não são consideradas nem no âmbito da configuração dos marcos

“Portanto, a educação torna-se ainda mais essencial, pois deve ser transformadora e formadora de pessoas, para além de profissionais.”

legais, nem no âmbito da construção dos espaços públicos.

Portanto, diante dessa conjuntura, uma associação profissional ou de campo profissional necessita construir estratégias para uma atuação que defenda seus associados e, ao mesmo tempo, esteja atenta às inequívocas e contínuas mudanças pela qual a sociedade sempre passará.

A ABAP, em seu estatuto, está atenta aos princípios que devem reger uma associação, como se pode verificar em seu objeto social (artigo 4º), que prevê “assistir, promover, apoiar, incentivar e desenvolver ações científicas, tecnológicas, educacionais, culturais, sociais e ambientais que visem o desenvolvimento, a divulgação e a valorização profissional da Arquitetura Paisagística no país”.

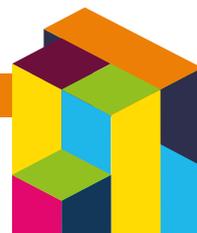
Contudo, dado esse cenário brevemente descrito acima, a ABAP também deve se posicionar e refletir sobre como pode contribuir para que o campo profissional da Arquitetura da Paisagem seja ainda mais reconhecido, em suas diversas dimensões para o bem-estar da vida do ser humano. Dessa forma, imagina-se que as seguintes ações possam dar guarida a uma legítima e fundamentada atuação do arquiteto e urbanista:

1. Aprimorar as formas de diálogos com entidades, organizações e instituições de ensino, como forma de sensibilização às grandes temáticas desse campo do conhecimento;
2. Investir na capacitação de profissionais através de cursos livres, palestras, encontros e eventos profissionais, como forma de atualização sobre o campo do conhecimento;

3. Atuar na capacitação e sensibilização de profissionais que atuam no ensino superior, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão;
4. Fomentar novos profissionais, através de ações de reconhecimento da carreira acadêmica, por meio de concursos de TFGs e TCCs;
5. Valorizar profissionais que atuam na pesquisa, por meio de prêmios para dissertações e teses;
6. Desenvolver relações institucionais com entidades, organizações e associações do setor público, especialmente os Poderes Executivos e Legislativos, em diversas esferas administrativas, para sensibilização acerca do potencial de contribuição do conceito de paisagem para a gestão, o planejamento e o projeto do espaço livre;
7. Impulsionar uma cultura de concurso público para projetos públicos e privados, de qualquer dimensão, a fim de permitir o avanço da prática projetual e o desenvolvimento de espaços arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos que espelham a riqueza da cultura brasileira e suas mais diversas paisagens.

Sobre atuação de arquitetos e urbanistas no campo da Arquitetura da Paisagem, inicialmente cabe destacar que a Arquitetura da Paisagem é um campo do conhecimento, não uma ciência, tal qual a Arquitetura e o Urbanismo. Assim entendido, vários países instituíram cursos específicos nos quais as diversas temáticas correlatas e convergentes são motivos de estudo e capacitação, para se formar um profissional pleno e competente para atuação nas mais variadas demandas da sociedade.

No Brasil, esse campo do conhecimento é tratado nos cursos de Arqui-



“O ensino da Arquitetura da Paisagem ainda encontra grandes obstáculos, reduzindo seu escopo e potencial de contribuição para a formação de um profissional mais engajado com as questões que emanam da paisagem”

tetura e Urbanismo, suportado por legislação nacional que regulamenta o exercício da profissão de arquiteto e urbanista. Destaca-se, entretanto, que outros campos do conhecimento e ciências constituídas lutam pela possibilidade de exercer essas atribuições, como a Engenharia Agrônômica, a Engenharia Florestal, as Ciências Biológicas, as Ciências Ambientais, dentre outras, movimento que já encontra reverberação no Congresso Nacional, no projeto de lei 2.043/2011.

Tal disputa pela atribuição é compreensível dentro de uma lógica de mercado, mas deve ser ressaltado que nos cursos de Arquitetura e Urbanismo o estudo da história, das teorias, metodologias e técnicas de projeto, dentre outros assuntos, permite que esse exercício possa ser executado de forma mais competente. Entretanto, nos próprios cursos de Arquitetura e Urbanismo se identifica o maior obstáculo para a formação do profissional que procura atuar nesse campo do conhecimento, dado o pequeno contato com os assuntos, as teorias, os procedimentos até da própria história do projeto da Arquitetura da Paisagem. Mesmo com essas dificuldades de atuação e formação, compreende-se que o profissional capacitado no campo da Arquitetura da Paisagem possui enormes perspectivas de trabalho, abaixo listadas:

1. No ensino, pesquisa e extensão – ressalta-se a carência de profissionais habilitados para o ensino da Arquitetura da Paisagem.
2. Junto ao poder público – indica-se a enorme demanda nas prefeituras municipais, atuando no projeto dos mais variados tipos de espaços livres, na confecção de corpo legal (leis, planos, normas, instruções etc.), no processo de planejamento urbano e regional (carta da paisagem), no dia-a-dia da gestão (implantando a infraestrutura verde), etc.
3. Na iniciativa privada – nas demandas individuais e corporativas, há um enorme espaço a ser preenchido, especialmente quando se observa a atuação das ‘empresas de paisagismo’. Atenta-se também para a atuação em concursos, embora aqui seja, infelizmente, atividade mais intermitente.
4. Junto a organizações da sociedade civil – a defesa de interesses diversos da sociedade no campo da Arquitetura da Paisagem é múltiplo, mas se pode destacar aqueles ligados às mudanças climáticas, à construção das cartas da paisagem, à defesa do patrimônio cultural e natural, em favor dos espaços públicos, etc.

Com essas anotações, humildemente, espera-se contribuir com esse debate.



MATHEUSA SILVA, Graduada em Urbanismo pela Universidade do Estado da Bahia, onde integra o Grupo de Pesquisa e Extensão Direito à Cidade, o Grupo de Pesquisa em Geopoética e o Centro Acadêmico de Urbanismo. É diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão da FeNEA.

Estudante de Urbanismo, representando a Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA), **MATHEUSA SILVA**

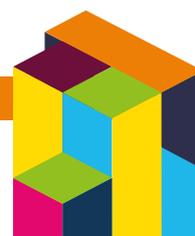
Gostaria de saudar cada colega aqui e gostaria de saudar a Casa Legislativa na pessoa do deputado Gustavo Fruet (PDT-PR). Gostaríamos de começar falando que, para além da conceituação de que somos profissionais liberais, temos uma enorme demanda profissional para ser atendida, estamos observando inúmeras remoções e despejos que estão acontecendo. Mesmo com aprovação legislativa de que tentaria inibir os despejos em meio à maior pandemia de nosso milênio, nós temos hoje inúmeras demandas sem que haja a mediação de conflitos territoriais e conflitos fundiários. Poderíamos, por exemplo, falar das inúmeras demandas de Assessoria Técnica de Habitação de Interesse Social, a nossa conhecida ATHIS, contudo os editais que são abertos, embora sejam extremamente importantes e possibilitam o financiamento, que é a questão-chave dos projetos, das propostas, dos planos, não dão conta das realidades diferentes de arquitetos e urbanistas.

Nem todos conseguem pagar o aluguel no fim do mês, nem todos conseguem pagar o botijão de gás, que teve reajuste, nem todos conseguem pagar a gasolina, que também teve reajuste. Precisamos trabalhar, precisamos sus-

tentar as famílias dos arquitetos e urbanistas.

Precisamos falar da atuação profissional nas universidades. Estamos enfrentando um cenário de extrema precarização, são R\$ 600 milhões do Ministério da Educação que foram repassados e que nós não vamos ter acesso e, pretende-se que isso seja revertido. Vimos uma grande redução do número de contratos de professores efetivos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo nas universidades públicas, boa parte dos contratos são temporários, temos pouquíssimos profissionais que trabalham como professores.

Também temos poucos colegas fazendo pesquisa e extensão, a bolsa de pesquisa hoje é R\$ 400, eu sou bolsista de Iniciação Científica. Se levarmos em consideração que não tivemos reajuste inflacionário da bolsa de Iniciação Científica, temos R\$ 450 que deveriam ser pagos aos estudantes. As bolsas de mestrado e doutorado, porque ser pesquisador em Arquitetura e Urbanismo nesse país é uma profissão, variam de R\$ 1.500 a R\$ 2.200. É possível um profissional de pesquisa de Arquitetura e Urbanismo conseguir se manter com R\$ 2.200, levando em consideração o maior valor, o de doutorado, sem poder exercer outra prática profissional?



“Mesmo com aprovação legislativa de que tentaria inibir os despejos em meio à maior pandemia de nosso milênio, nós temos hoje inúmeras demandas sem que haja a mediação de conflitos territoriais e conflitos fundiários”.

Então precisamos falar sobre a atuação do profissional no setor público e estamos observando o número reduzido no quadro de profissionais de Arquitetura e Urbanismo dentro do setor público, com o auge do esmaecimento da política urbana e da política patrimonial.

Estamos vendo as edificações de interesse cultural e patrimonial serem entregues à iniciativa privada; estamos observando inúmeras deflagrações contra o patrimônio, sem possibilidade de

fiscalização, pois temos um corpo técnico reduzido dentro das instituições públicas de ensino e de atuação profissional, incluindo nos setores públicos.

Temos pouquíssimas vagas de estágio para estudantes de Arquitetura e Urbanismo dentro dos setores públicos, principalmente os vinculados ao planejamento e à análise patrimonial, aos estudos patrimoniais, do patrimônio urbano, do patrimônio arquitetônico e do patrimônio paisagístico. Poucos são os colegas na nossa Federação que estagiam no setor público.

Escutamos muitos relatos de situações precárias de condições de estágio. Na teoria, temos 30 horas semanais, seis horas por dia, 30 horas semanais para a prática do estágio em setores públicos e setores privados, mas essas horas são ultrapassadas por uma demanda de trabalho que é levada para casa. Não temos, por exemplo, como fiscalizar todas essas situações irregulares no estágio profissional, então não podemos negar que existem setores responsáveis, existem muitas histórias extremamente irresponsáveis. Houve também redução dos editais de apoio

e financiamento para pequenas empresas de Arquitetura e Urbanismo, financiadas pelo poder público.

Estamos observando uma alta inflacionária dos materiais de construção, uma alta nos valores de subsídios que são básicos, não somente para a prática projetual, mas para que a gente consiga se manter.

A nossa profissão é extremamente desigual. A mulher negra arquiteta recebe cinco vezes menos do que um homem branco arquiteto. É preciso que existam medidas públicas para que isso seja reduzido, precisamos ter mais investimento sim, na ciência, na pesquisa e na extensão, precisamos melhorar as condições dos pesquisadores em Arquitetura e Urbanismo que também produzem ciência, que também produzem inovação tecnológica, que vão para o canteiro de obras. Precisamos da retomada do investimento público, porque muitos dos nossos colegas que foram contratados em empresas estatais estão sem emprego, dirigindo Uber.

Precisamos de mais investimento público já; precisamos tratar investimento não apenas como mercadoria e precisamos principalmente entender que não haverá profissional sem haver um debate comprometido com a educação. Sabemos como é o ingresso de um estudante de Arquitetura dentro de uma universidade pública, os estudantes não são iguais, temos raças diferentes, temos gêneros diferentes, temos condições financeiras diferentes e é preciso pensar em como será o ingresso, a permanência desse estudante, como que ele irá se capacitar profissionalmente e como ele será inserido no mercado de trabalho, que é desigual. Então a fala da FeNEA é nesse âmbito. Agradecemos a possibilidade da fala e pela possibilidade da escuta.



Mediação final da mesa 3

Deputado federal (PDT/PR),

GUSTAVO FRUET

Cada um dos que falaram nesta Mesa apresentou, de uma maneira muito clara e objetiva, um diagnóstico. O desafio é imenso. Estamos com uma questão estrutural de forma objetiva. Há uma publicação do CAU sobre a quarta revolução industrial, que aponta caminhos positivos e negativos, mas há uma questão conjuntural agravada no Brasil pela gestão da pandemia, pela crise econômica; O ensino e a pesquisa vêm sofrendo seguidos cortes sem a devida recomposição no prazo devido.

Foi um privilégio ouvi-los. Cumprimento todos pela qualidade dessa Mesa, pelo perfil de cada um que, de forma muito clara, apresentaram algumas sugestões, seja na questão trabalhista, reiterando a necessidade de defesa de avanço legislativo, desregulamentação, desburocratização, mas sem confundir

com precarização. Enfrentamos alguns projetos nesses dois anos aqui na Câmara, mas é entender também que questões tributárias têm impactos diretos no incentivo à atividade profissional, que para mim é apaixonante. Tive o privilégio de ser prefeito de uma cidade como Curitiba. E quando falamos em Arquitetura, Urbanismo, estamos tratando de qualidade de vida e do ambiente, da identidade da cidade, do protagonismo de uma cidade e o que ela representa, em termos de ganho para coletividade e para a inclusão social.

Cumprimento cada um, desejo que haja sequência. Vamos nos aproximar cada vez mais e trabalhar em uma agenda que seja benéfica (e legítima) para as entidades, para os profissionais, mas pensando sempre no ganho coletivo, no desdobramento.

“Foi um privilégio ouvi-los. Cumprimento todos pela qualidade dessa Mesa, pelo perfil de cada um que, de forma muito clara”





Foto: Freepik

MESA 4

AMBIENTE REGULATÓRIO E NOVA PROPOSTA



Palestra

Arquiteto e urbanista,

ELIOMAR VENÂNCIO

ELIOMAR VENÂNCIO, Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com especialização em Construção Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Engenharia Ambiental pela Faculdade Cândido Mendes. É mestre em Arquitetura e Cidade, pela Universidade de Vila Velha. Atualmente é sócio e proprietário da Eliomar Venâncio Arquitetura e autor dos livros: "Arquitetura em 10 lições, introdução ao fascinante mundo arquitetônico", "Minha casa saudável, guia para uma construção residencial responsável" e "Arquitetura da construção, um guia para a sua obra".

Agradeço o convite para participar deste Seminário Legislativo de Arquitetura e Urbanismo. Cumprimento os membros da Mesa, cumprimento o meu colega, presidente Neilton Doria, do CAU/BA, um dos responsáveis pelo start do processo de tentar aprovar o MEI para arquitetos e urbanistas nessa Câmara.

O tema que fomos convidados a desenvolver é justamente essa questão do MEI, a partir da nossa experiência de 30 anos de mercado da construção civil aqui no Espírito Santo.

A Arquitetura é a arte de desenhar sonhos. Então, a sociedade acaba nos dando essa carga, então a nossa profissão acaba navegando muito em cima dessa área, não só por via dos clientes, mas também em nós, profissionalmente, que acabamos ficando nesse processo de desenhar sonhos. Avançamos mais um pouquinho no mercado e pensamos na questão da formalização.

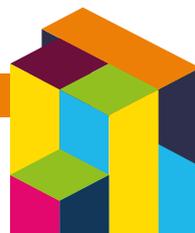
No mercado, a grande maioria dos arquitetos trabalha de forma individual. No início de carreira, a grande maioria trabalha em casa mesmo, online. E o que se vê é justamente essa dificuldade da formalização do trabalho, de ter leis

mais leves que nos propiciem ser formalizados, mas que também não engesse muito o trabalho. Na minha época, há 30 anos, para eu me inserir em um mercado tive que abrir uma empresa formal. Abrir empresa era um processo longo, se levava mais de mês. Pouquíssimos formalizavam. Hoje não mudou muito e apesar de se ter algumas outras leis que facilitem um pouco mais, a dificuldade da formalização para atuar com Arquitetura ainda permanece.

Temos hoje 205 mil arquitetos no mercado, pessoas físicas, e cerca de 28 mil empresas de arquitetura, com CNPJ. Ou seja, em torno de 13% a 20% dos arquitetos têm seu trabalho formalizado no mercado, emitem notas fiscais. A grande maioria ainda não consegue se encaixar, justamente pela dificuldade da formalização.

Estamos discutindo muito nesse seminário as transformações no mundo do trabalho, entre elas o MEI como uma porta de entrada para os profissionais poderem se formalizar e se organizar. O MEI tem uma série de vantagens, sendo a primeira delas a facilidade de abrir uma empresa. Basta fazer a inscrição no Portal do Empreendedor e o site gera automaticamente um CNPJ.

Outra facilidade é a tributação simplificada. No MEI a tributação é muito simples e os valores são fixos. Eu tenho



uma empresa com 30 anos no mercado, mas ainda hoje recebo documentos do meu contador com cobrança de custos que não entendo. Fico imaginando um arquiteto recém-formado que chega ao mercado e tenta se formalizar. Com o MEI abre-se uma porta muito grande para esses profissionais entrarem no mercado de forma mais segura.

O terceiro ponto, aposentadoria e direitos trabalhistas. Formalizado, o profissional começa a ter direitos, como a licença-maternidade. Sabemos que em torno de 70% a 80% dos arquitetos no Brasil são mulheres.

Outro ponto fundamental é a possibilidade de emissão de nota fiscal. Também fundamentais são as linhas de crédito. Com um CNPJ se consegue financiamento para comprar computador, comprar programas de software,

e por aí vai. Há também a facilidade do controle financeiro. Ou seja, numa empresa mais simplificada, é mais fácil ter o controle financeiro.

Com a abertura de empresa também tem-se a possibilidade de trabalhar para órgãos públicos. Existe uma demanda grande de projetos de Prefeituras ou Governos estaduais, autarquias e outros órgãos públicos.

O MEI tem um teto de R\$ 81 mil de arrecadação anual, o que dá em torno de R\$ 6,75 mil por mês de um pró-labore. É um valor considerável, não só para os arquitetos recém-formados, mas também para arquitetos com tempo de mercado. Em resumo, é a formalização do mercado para arquitetos e arquitetas abrirem o leque de trabalho, recolher os impostos necessários e também ter os benefícios segurados pela lei.



Foto: Divulgação CAU/BR

Debates da Mesa 4

Conselheira titular do CAU/BR,

PATRÍCIA SILVA LUZ DE MACEDO

PATRÍCIA SILVA LUZ DE MACEDO, Graduada em Arquitetura e Urbanismo e em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com especialização em Direito Público. É servidora pública do Estado do Rio Grande do Norte, arquiteta e urbanista na Secretaria de Educação e de Cultura e assessora jurídica no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte. Tem experiência profissional como arquiteta e urbanista em escritório de projeto e como advogada, com ênfase em Direito Público, principalmente nas áreas de Direito Constitucional, Cidade e Meio Ambiente.

Começamos bem, estamos fomentando um debate sobre que modelo podemos desenvolver para inserir os colegas arquitetos que nós, como profissionais liberais, precisamos ter, um modelo próprio para que possamos nos beneficiar do regime tributário e do regime so-

cietário. Temos que ter em mente dois campos de abordagem: do ponto de vista do regime societário, qual é o modelo que precisamos desenvolver? Com todas essas características que abrangem o MEI, e exatamente pelo formato que lhe foi dado, hoje não nos cabe essa inserção. E me refiro não apenas aos arquitetos urbanistas, mas a todos os que têm profissão regulamentada. Teríamos que partir para um campo próprio.

Recentemente foi criado um outro

modelo, que é a Sociedade Limitada Unipessoal, que veio para substituir as EIRELI, Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada. Esse poderia ser um campo no qual poderíamos nos inserir. O que queremos mesmo é adentrar no mundo do profissional liberal como empresário. Mas como seria? O regime tributário que nos interessa é o Simples Nacional. Os impostos são uma carga pesada, não apenas para a pessoa física, mas também para a pessoa jurídica.

É um campo que teremos de adentrar e teremos de incluir nessa reflexão, porque temos, através dos objetivos sociais da empresa, o molde para que essas empresas sejam registradas no CAU. Nesse formato do profissional li-

beral como empresário, teríamos de definir o regime tributário. Já existe o Simples Nacional e o regime societário. Se formos pensar num novo regime societário, temos de pensar numa lei, porque é assim que ele nasce.

Então, o que é esse profissional liberal que trabalha por conta própria? Ele não pode participar de outra empresa nem como sócio nem como titular e paga imposto sobre o faturamento, com base em uma tabela progressiva, já existente. Ou seja, são várias searas no âmbito do direito que teremos de abarcar, tanto direito empresarial, tributário e previdenciário. E de forma que a abertura da empresa seja simplificada, tal qual como se faz com o microempreendedor, através do Portal do Empreendedor.

Foto: Arquivo pessoal



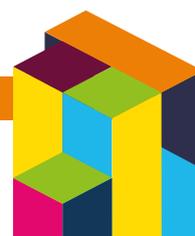
FERNANDO ALMEIDA PRADO, Mestre e bacharel em Direito pela PUC de São Paulo, especialista em Direito do Trabalho pela Fundação Getúlio Vargas e professor universitário.

Especialista em Direito do Trabalho
pela Fundação Getúlio Vargas,

FERNANDO ALMEIDA PRADO

A maioria dos arquitetos são o que eu chamaria de empreendedores informais. O que significa isso? Em primeiro lugar, ele tem um lado empreendedor, de encontrar o seu próprio cliente, o lado comercial. Ao mesmo tempo, tem que ser o seu próprio empregado, porque ele tem que entregar os produtos, os projetos, as demandas pela qual ele foi contratado. E, na prática, a maioria dos arquitetos e urbanistas do século XXI são empregados e empregadores de si mesmos. Enfrentam, por-

tanto, todos os benefícios e também os malefícios desses dois lados da moeda. No mundo jurídico é um chavão falar da Advocacia 4.0, buscando novas formas de trabalho. E eu quero utilizar esse chavão para pensarmos em uma Arquitetura 4.0 e darmos a roupagem jurídica e regulatória para ela. E deixando bem claro, isso não é um eufemismo para precarizar uma categoria profissional que já está extremamente precarizada. Pelo contrário, é pensar nos caminhos necessários e caminhos possíveis para que a categoria fique mais valorizada.



Segundo os dados da ABEA (Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo) apenas 7% dos arquitetos possuem vínculo CLT e, portanto, 93% são ou empresários ou empreendedores. Em termos práticos, isso significa que 186 mil arquitetos são carentes de proteção. Seja por serem empresários e, portanto, sobrecarregados com diversos impostos, não só o Imposto de Renda – o mais cruel são os impostos que incidem sobre a folha de pagamento. Um arquiteto querendo contratar um outro arquiteto tem de pagar não só um piso salarial, que é irreal, pensado há mais de 60 anos, e que, hoje em dia, é um malefício para 93% da categoria, mas também uma série de impostos incidentes sobre isso – o que deixa gran-

de parte da categoria em situação de informalidade.

O MEI seria o melhor caminho para trazer 93% da categoria para a formalidade. Dará mais segurança jurídica para os contratantes, vai inserir todos os profissionais que vivem numa situação de limbo sem acesso à previdência pública. Vai permitir que eles gozem dos benefícios de aposentadoria e de toda a previdência social.

Seria uma forma simples, prática e direta de modernizar as relações humanas decorrentes da Arquitetura nesse atual cenário, que é um cenário complexo, difícil, em que as relações são cada vez menos sólidas e cada vez mais líquidas. Seria, portanto, um caminho prático e efetivo para isso.



Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Deputado federal (PSD/BA),

OTTO ALENCAR FILHO

OTTO ALENCAR FILHO, Deputado federal em primeiro mandato. É pós-graduado em Controladoria para Gestão de Negócios pela Universidade de Salvador. Tem especialização em Investimento, Gestão de Fundos e Gerenciamento no BCIT (Instituto de Tecnologia da Columbia Britânica), em Vancouver, Canadá. É pós-graduado em Política e Estratégia pela Escola Superior de Guerra. Tem MBA em Controladoria para Gestão de Negócios pela Universidade Salvador (Unifacs). E um MBA em Parcerias Público-Privadas e Concessões pela Fundação Escola de Sociologia de São Paulo.

Gostaria de saudar, em seu nome, Mirim Clark, todos os presentes. Vim aqui para, mais uma vez, deixar registrado meu apoio à categoria. Sou administrador, meu irmão é médico, mas eu tenho uma irmã do segundo casamento do meu pai que é arquiteta, a quem prezo muito e com quem comungo muito os valores familiares. E uma das questões importantes para a minha família é justamente trabalhar com muito afinco, com muita ética, coragem e humil-

dade, sempre ouvindo as pessoas e sempre tentando ajudar o máximo possível. E foi esse intuito que, a pedido de um colega de vocês, fiz o projeto, o PLP 55/2021, que tem a intenção de apoiar a categoria.

Tenho a intenção de realmente aprovar o projeto e, com o apoio de vocês, principalmente junto aos líderes dos partidos, ele será aprovado. Vocês podem ajudar sensibilizando cada presidente de partido aqui na Câmara, assim como também o presidente da Câmara, Deputado Arthur Lira (PP-AL), para que possamos aprovar o requerimento de urgência, incluí-lo na pauta e votar. Estou sempre à disposição para que possamos melhorar a proposição.



Presidente do CAUBR,
NADIA SOMEKH

Vou me permitir fazer uma intervenção e agradecer ao deputado Otto, que disse se colocar à disposição. Estamos muito satisfeitos com esse canal que está aberto. Essa é uma mesa de trabalho, e a ideia é justamente buscar aquilo que precisa

ser complementado, ajustado no seu projeto de lei, para conseguirmos o melhor para os nossos arquitetos. Esse é o nosso objetivo desse seminário. Eu quero agradecer essa disponibilidade que o senhor nos apresenta hoje. Todos aqui estamos buscando contribuir para a valorização da arquitetura.



Deputado federal (PSD/BA),
OTTO ALENCAR FILHO

O objetivo desse PLP 55/2021 é dar mais uma opção para que o arquiteto possa atuar. Considero importante a possibilidade de o arquiteto ou urbanista poder abrir seu MEI e atuar no mercado, até porque estamos em um momento muito difícil do Brasil. Sem dúvida nenhuma, é a maior crise econômica que o Brasil já teve, não só pandêmica, mas também econômica. E no meio dessa grave crise que terá reflexos de longo prazo, precisamos sempre, de alguma forma, tentar apoiar e dar opções para o micro, pequeno e médio empresário. Costumo dizer que sou empresário e estou político. A minha família encara

a política como missão. E como empresário que ainda sou, vejo que temos muito ainda por fazer, muito ainda por transformar o Brasil.

A política econômica está totalmente errada. Foi baseada em uma visão de mercado internacional, e acabou que a aposta do ministro Paulo Guedes saiu pior do que ele imaginava, do que nós imaginávamos. Privilegiar o mercado externo, e fazendo uns acordos bilaterais, obrigou o governo federal a reduzir impostos de importação, o que afetou as indústrias brasileiras e vem afetando ainda mais os micros, pequenos e médios empresários. E, quando veio a crise pandêmica junto com a crise econômica, piora ainda mais a situação.

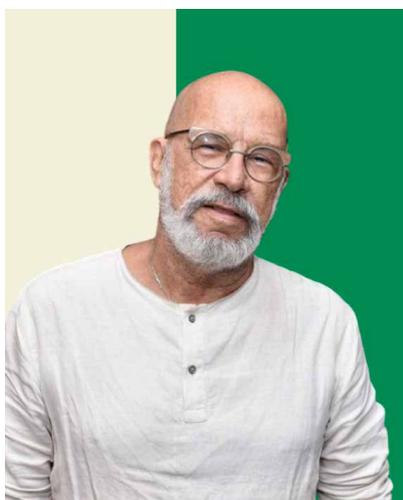


Na minha opinião, o ministro da Economia deveria ter feito justamente o contrário. Embora muita gente não concorde com a forma como Trump (ex-presidente norte-americano Donald Trump) atua, mas a posição dele no momento da crise foi importante. Por que? Porque ele se voltou para o mercado interno, fortaleceu a indústria americana, fortaleceu as micro, pequenas e médias empresas americanas, viabilizou o financiamento de longo prazo, e para isso ele teve que fortalecer as barreiras alfandegárias e aumentar os impostos de importação.

Isso fez com que os Estados Unidos rapidamente saíssem da crise e se recuperassem. Com o o atual governo já não há mais condição de reverter essa grande crise econômica em um ano, vai ficar para o próximo presidente do Brasil, seja quem for, realizar uma retomada do desenvolvimento econômico e social, e isso não vai ser fácil.

Então, mais uma vez, é importante que se entenda que todo e qualquer apoio ao micro, pequeno e médio empresário nesse momento é importante. E ter essa opção para o arquiteto e urbanista é imprescindível.

Foto: Divulgação CAU/BA



Arquiteto e urbanista, professor da UFBA, **NEILTON DÓREA**

NEILTON DÓREA, Arquiteto e urbanista, formado pela Universidade Federal da Bahia, na qual é doutorando e leciona a disciplina Projeto. Foi presidente da Associação Baiana de Escritórios de Arquitetura, vice-presidente e diretor do IAB da Bahia em diversas gestões, e diretor e conselheiro do CREA/BA. Executou mais de 700 projetos de arquitetura, arquitetura de interiores e restauração, com mais de 50 trabalhos publicados em revistas técnicas ou especializadas. É segundo suplente da Direção Técnica de Articulação Institucional do IAB/BA.

Alguns acham que o PLP 55/2021 é uma desqualificação do arquiteto, eu não concordo. Temos que pensar como é que vamos abraçar a maioria dos arquitetos que saem da faculdade e não vão

abrir uma empresa. Eu sou da década de 1970, tenho quase 50 anos de formado. Quando saí da faculdade, tinha uma visão empresarial. O estudante de arquitetura ainda pensa em ser um profissional liberal. Tenho escritório há mais de 45 anos e há ocasiões em que quero contratar um arquiteto, mas al-

guns não querem ser contratados, para terem a liberdade de atuar em paralelo. Então, vi uma possibilidade de atender a grande massa de arquitetos porque sabemos que o processo tributário brasileiro é extremamente complexo. No processo tributário brasileiro, não se tributam grandes fortunas nem lucro. É mais fácil, com os meios de controle digital, fiscalizar o mais fácil, arrecadar na fonte, que não tem escapatória.

Acredito que mais de 70% dos arquitetos não ganham R\$ 3 mil por mês, os recém-formados e aqueles com mais tempo de caminhada profissional. A discussão passa basicamente pela formação do arquiteto, que ainda é inadequa-

da. Hoje o arquiteto tem que ter uma visão muito mais humana e social, e até direcionada para a saúde pública. E isso só será possível quando conseguirmos mostrar à sociedade que a arquitetura é uma profissão de que a sociedade precisa, mas ainda não tem consciência.

Em resposta a isso o CAU/BA possui dois focos. A ATHIS (Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social) é uma das prioridades. A sociedade não sabe o que é a ATHIS, talvez fosse melhor outro nome, mais objetivo e prático, que comunicasse à sociedade a função do arquiteto. Sociedade no sentido amplo: cliente e gestores públicos. Tenho grande dificuldade, dentro do CAU/BA, de estabelecer

uma comunicação com as prefeituras. Mandamos correspondências para todas as 417 prefeituras da Bahia, só duas ou três responderam. É um mercado que ainda temos que atingir, devemos demonstrar às prefeituras que o arquiteto é importante por entender a cidade.

Tudo isso ouço há mais de 40 anos, mas nesse seminário vejo que todas as entidades estão dialogando. Enquanto trabalharmos tipo graveto, vamos ser quebrados sempre. No dia em que nos unirmos, formarmos esse feixe como está acontecendo nesse seminário, com o apoio dessa casa legislativa, será mais difícil nos quebrar e é importante que tenhamos apoio político.

Foto: Divulgação CAU/BR



GLÁUCIA COSTA, Advogada da área cível, especialista em Responsabilidade Civil pela Universidade de Castilla-La Mancha, na Espanha, e sócia da LBS Advogados.

Advogada, especialista em Responsabilidade Civil, **GLÁUCIA COSTA**

É um prazer estar com vocês, afinal arquitetos urbanistas são uma categoria de grande importância. Vou colocar algumas provocações na discussão. O importante do debate é isso, são as provocações, os outros olhares para que se possa tirar conclusões.

Com relação ao MEI, tenho algumas posições bem diferentes das que ouvi, e com todo o respeito, quero colocá-las aqui, tanto nela como ferramenta quan-

to no uso da ferramenta. Tenho sérias críticas a respeito do MEI. A principal delas é com relação à questão previdenciária. O microempresário individual não tem a proteção previdenciária que se alardeia, ele recolhe até 5% do salário mínimo, muitos não têm o conhecimento de que ele pode fazer uma complementação de até 15% ou recolher sobre o valor que ele, efetivamente, ganha. O que o profissional terá de aposentadoria e qual vai ser o valor para qualquer benefício que ele obtiver? Um salário



“O importante do debate é isso, são as provocações, os outros olhares para que se possa tirar conclusões.”

mínimo. O teto da receita anual do MEI hoje é R\$ 81 mil, quer dizer, R\$ 6.750,00 mil por mês.

Existe um PLP 108/21, já foi aprovado no Senado, e encaminhado para a Câmara, que aumenta o faturamento máximo do MEI para R\$ 130 mil, um valor mensal

de R\$ 10.333 mil. Uma pessoa que está ganhando R\$ 10.333 mil e que sofre um acidente ou tem um filho e vai receber um benefício, vai sobreviver com R\$ 1,1 mil? Isso não é proteção, não existe a proteção previdenciária que se alardeia.

Com relação ao uso da ferramenta, é preciso colocar o pé no chão da realidade. E esta é a realidade de qualquer profissão, dos arquitetos, dos advogados, dos jornalistas há muito mais tempo. Haverá uma ferramenta para a formalização? E essa formalização vai servir para quê? Da noite para o dia todos esses arquitetos que hoje não estão formalizados, eles se tornarão microempresários? O profissional terá seu escritório ou vai continuar trabalhando para uma empresa e vai simplesmente aliviar a situação da empresa com relação à parte trabalhista? Porque o MEI não proporciona direito trabalhista.

Então o MEI deixaria o empregador em uma situação confortável, que é a precarização do trabalho. O recém-formado dificilmente vai abrir um escritório. Se for abrir, o MEI é uma opção? É uma BMW com motor de fusca. Existe a precarização para o arquiteto assim como existe

para o advogado e para várias profissões, mas a discussão entre nós, profissionais já estabelecidos, não tem que ser direcionada em como viabilizar a precarização ou a manutenção de uma precarização desses profissionais que estão se formando. A discussão tem de ser sobre como vamos buscar garantias para que ele venha para o mercado em situação de dignidade.

Sabemos que grande parte dos arquitetos trabalha para outros escritórios ou para construtoras, e não tem nem registro e nem microempresa. Dar a eles a possibilidade de criar uma microempresa não vai solucionar a falta de garantia que eles não têm hoje.

A pandemia nos trouxe uma situação que pode nos fazer pensar melhor. O governo chegou a dizer: “Não sabíamos que tínhamos tantas pessoas na informalidade”, quando foi pagar o auxílio emergencial. Elas existem e continuam aí. Dar ao arquiteto que trabalha para uma construtora ou para um escritório a possibilidade de ter um CNPJ não vai tirar dele as mesmas condições precárias de alguém que esteja na informalidade.

São situações que precisam ser analisadas. Quando houve a inclusão dos jornalistas como MEI, pensei: o problema nasceu com a reforma trabalhista. O MEI é só mais uma chave para legalizar a precarização de direitos dos profissionais.

Então, esses são os contrapontos em relação a algumas falas e deixo aqui um ponto de reflexão para vocês.

“O recém-formado dificilmente vai abrir um escritório. Se for abrir, o MEI é uma opção?”



Mediação final da Mesa 4 Deputada federal (PCdoB/AP),

PROFESSORA MARCIVÂNIA

PROFESSORA MARCIVÂNIA, Deputada Professora Marcivânia Ingressou no curso de Letras da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, e se formou em 1992. É professora de língua portuguesa e servidora pública estadual, graduada em Letras pela Universidade Federal do Amapá. Atualmente está 3ª Coordenadora Adjunta da Secretaria da Mulher da Câmara Federal; É a Vice-Presidente da Subcomissão sobre obras paralisadas e inacabadas, além de integrar como membro titular a Comissão de Educação, a Comissão de Combate ao Câncer no Brasil, e ser membro suplente nas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, além da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Marcivânia foi eleita a melhor deputada federal do Amapá por 4 anos consecutivos no prêmio Congresso em Foco, pelo voto popular (2017, 2018, 2019 e 2020).

É uma satisfação grande estar aqui junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Quero cumprimentar o deputado Otto Alencar Filho (PSD-BA) e também me colocar à disposição das demandas da categoria.

Sei que vocês estão discutindo o aspecto legal da profissão, o que precisa ser feito

para que os arquitetos possam participar de todos os momentos da construção de uma sociedade mais justa. Os arquitetos sempre foram militantes da reforma urbana que resultou no Estatuto da Cidade. Queremos o mesmo, cidades mais inclusivas, cidades que tenham mobilidade urbana, que tenham um olhar para todos os seus habitantes, e não podemos ter tudo isso se não tivermos a presença do arquiteto e urbanista.

Estamos à disposição para ouvir as demandas de vocês, nosso mandato está à disposição do Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Temos desafios pela frente, estamos vivenciando um contexto muito difícil. Quando falamos em cidade, não falamos só em asfalto, em casas, falamos da vida das pessoas, e quem pode fazer tudo isso é o poder público.

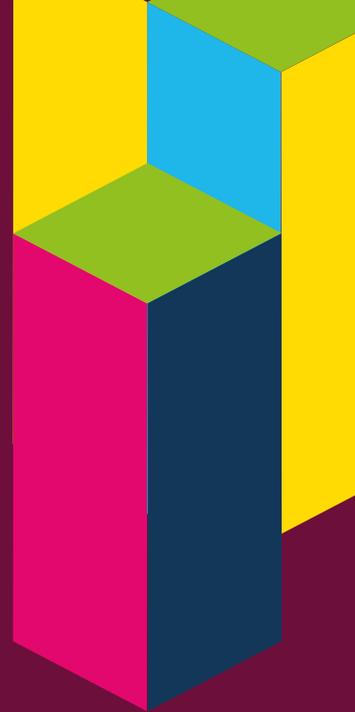
Temos a preocupação de dar suporte para o parlamentar, auxiliando os municípios a terem cidades mais inclusivas, cidades melho-

res para que as pessoas tenham uma vida mais digna. Nós no Parlamento, vocês no dia a dia da profissão. E temos no Parlamento várias reformas que foram aprovadas para tentar desregulamentar as profissões. Infelizmente a parte mais afetada é o trabalhador, e percebemos que o resultado econômico e social é nenhum. Então, precisamos de discursos e discussões mais conectados com o objetivo das pessoas, que é de ter uma vida melhor. As pessoas não terão uma vida melhor se não tiverem dignidade, se não tiverem moradia digna, emprego e renda.

Estamos aqui mais para ouvir as demandas de vocês e dar encaminhamento no Legislativo. Saibam que vocês contam com a nossa sensibilidade, nosso companheirismo e reconhecimento da importância que tem a profissão de arquiteto e urbanista. Com o Estatuto da Cidade, não é possível mais imaginar uma cidade sem a presença do arquiteto. No nosso Estado temos trabalhado muito para que as nossas cidades sejam melhores. Quem diminui a desigualdade social é o poder público, por meio de políticas públicas.

O mercado também é importante, o setor produtivo é importante, mas quem pode fazer isso olhando para todos os atores do contexto social é o poder público e, para isso, o Estado precisa estar fortalecido. Os profissionais e os trabalhadores estão construindo as cidades e o Estado, dia-a-dia, e precisa ter esse olhar, essa valorização. Nunca os trabalhadores e o trabalho foram tão desvalorizados. Precisamos dessa cultura de valorização do trabalho e, por consequência, valorizar o trabalhador.





CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAU BRÁSIL



EDUARDO FAJARDO SOARES, Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais, pós-graduado em Revitalização Urbana e Arquitetônica e com mestrado em Meio Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da EAU/UFMG. Foi desenhista e arquiteto da equipe de planejamento físico de obras e cofundador do Laboratório de Arquitetura Pública da UFMG. Tem experiência em arquitetura e urbanismo, com ênfase em planejamento de espaços acadêmicos, planejamento urbano na área de patrimônio material e em habitações de interesse social. É diretor do Sindicato dos Arquitetos de Minas Gerais, diretor da Federação Nacional dos Arquitetos e conselheiro estadual do CAU/BR e do Conselho Superior do IAB/MG.

Conselheiro titular do CAU/BR, coordenador-adjunto da Comissão Especial de Política Profissional (CPP) do CAU Brasil,

EDUARDO FAJARDO SOARES

É uma grande honra substituir a nossa presidente. Quero saudar a todos, a todas, quero saudar os nobres deputados que, acima da coloração partidária estão aqui para ajudar a consolidar a Arquitetura, uma Arquitetura popular que atenda toda a população, e não só os 15%, conforme as últimas pesquisas. Não só a Arquitetura, mas a Engenharia também atinge apenas 15% da nossa população.

Um dado que pouca gente percebe é que a grandeza da Arquitetura demonstra o grau de evolução de uma civilização. Desde os sumérios, babilônios, egípcios, gregos, os romanos, as civilizações asiáticas, angkor, as civilizações pré-hispânica no México, no Peru, os astecas, e agora Brasília, um dos grandes expoentes da Arquitetura excepcional pujante, que seguramente está entre as maiores da história da humanidade, assim como nossos grandes mestres, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Digo isso com muita convicção, são os maiores mestres da nossa Arquitetura e do nosso Urbanis-

mo. Essa nossa Arquitetura é indissociável da nossa Engenharia, da Engenharia de ponta no concreto armado, arrojado, em que o grande mestre Joaquim Cardozo se sobressaiu, o que demonstra que a Arquitetura e a Engenharia não são concorrentes, elas se complementam.

Esta oportunidade de interação e debates na casa do povo é muito emblemática e importante. Dentro da temática que estamos trabalhando, chamo a atenção para a questão do trabalho, pois uma Arquitetura pujante que nosso país possui, também possui uma categoria sub-remunerada.

Sabemos de editais de concurso que oferecem salários de R\$ 1,6 mil, R\$ 2 mil, R\$ 2,6 mil para arquiteto. O médico do SUS, com a metade da jornada de trabalho de um arquiteto, ganha 50% a mais, ou seja, um médico do SUS ganha o dobro do piso do arquiteto – e há quem considere o piso de arquiteto um direito exagerado. Então, como queremos ter uma sociedade pujante pagando um baixo salário ao arquiteto, considerando que a arquitetura é transversal e é tão importante quanto a medicina e a área jurídica?

Temos que evoluir muito, porque a arquitetura não constrói apenas coisas bonitas, isso é consequência. A arquitetura, antes, organiza o espaço de uma casa,



de uma cidade e também é sinônimo de saúde física e mental, como ficou comprovado nessa pandemia.

Um belo exemplo vem do CAU/RS, que criou o programa Nenhuma Casa sem Banheiro. Há inúmeros depoimentos dos moradores mostrando

como a arquitetura pode melhorar a autoestima, por meio de uma casa bem trabalhada, casa bem produzida, com boa cozinha, bom banheiro. Por tudo isso, a Arquitetura é muito importante para transformar este país.



Foto: Gustavo Lima/Câmara dos Deputados

Deputada federal (PCdoB/AP),

PROFESSORA MARCIVÂNIA

Existem tentativas de solução que não solucionam o problema, podem até parecer soluções de forma mais imediata, mas trazem problemas sérios a médio e a longo prazo.

Precisamos discutir o que o Legislativo pode fazer para as questões serem resolvidas com a certeza de que não vão vir outras mais graves no futuro. A questão do MEI nos preocupa também. Tenho atuação muito forte na defesa do serviço público e do servidor públi-

co, porque acredito que o Estado tem que ser do tamanho que é necessário para garantir os direitos da população. E, nesse contexto, as categorias profissionais são fundamentais.

Temos que pensar dessa forma, com diálogo com todos e ver as experiências que já acontecem e que não são boas, de maneira a buscar uma alternativa para geração de emprego, mas acabar resultando na precarização do trabalho.



Mestre de cerimônia do evento,
MIRIAM CLARK

Agradeço em nome de todos do Conselho de Arquitetura e urbanismo. Para encerrar essa mesa redonda sobre ambiente regulatório e a nova proposta, as informações sobre esse evento estarão disponíveis no portal do CAU/BR, www.caubr.gov.br.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, as entidades nacionais de arquitetura e urbanismo e a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara Federal agradecem a todos e todas a presença.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR)

Conselho Diretor (2021)

Nadia Somekh
Presidente

Patrícia Silva Luz de Macedo (RN)
Coordenadora da Comissão de Exercício Profissional (CEP)

Daniela Pareja Garcia Sarmiento (SC)
1º Vice-Presidente | Coordenadora da Comissão de Planejamento e Finanças (CPF)

Valter Luis Caldana Júnior (IES)
Coordenador da Comissão de Ensino e Formação (CEF)

Jeferson Dantas Navolar (PR)
2º Vice-Presidente | Coordenador da Comissão de Organização e Administração

Fabrcio Lopes Santos (AM)
Coordenador da Comissão de Ética e Disciplina (CED)

CONSELHEIROS FEDERAIS (GESTÃO 2021-2023)

	PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE
CAU/AC	Josélia da Silva Alves	Daniela Bezerra Kipper
CAU/AL	Heitor Antonio Maia da Silva Dores	Pedro Cabral de Oliveira Filho
CAU/AM	Fabrcio Lopes Santos	Kleyton Marinho da Silva
CAU/AP	Humberto Mauro Andrade Cruz	Fábio Cezar da Silva Santana
CAU/BA	Guivaldo D'Alexandria Baptista	Gilcinea Barbosa da Conceição
CAU/CE	Cláudia Sales de Alcântara	Márcio Rodrigo Coelho de Carvalho
CAU/DF	Raul Wanderley Gradim	Rogério Markiewicz
CAU/ES	Giedre Ezer da Silva Maia	Emílio Caliman Terra
CAU/GO	Nilton de Lima Júnior	Adriana Mikulaschek
CAU/MA	Marcelo Machado Rodrigues	Grete Soares Pflueger
CAU/MG	Eduardo Fajardo Soares	Ana Maria Schmidt
CAU/MS	Rubens Fernando Pereira de Camillo	Maria Clara Mascarenhas Scardini
CAU/MT	José Afonso Botura Portocarrero	Marcel de Barros Saad
CAU/PA	Alice da Silva Rodrigues Rosas	Ana Claudia Duarte Cardoso
CAU/PB	Camila Leal Costa	Fabiano de Melo Duarte Rocha
CAU/PE	Roberto Salomão do Amaral e Melo	Danielle Cortez Paes Barreto
CAU/PI	José Gerardo da Fonseca Soares	Edmo Campos Reis Bezerra Filgueira
CAU/PR	Jeferson Dantas Navolar	Nestor Dalmina
CAU/RJ	Maíra Rocha Mattos	Sônia Lopes da Silva
CAU/RN	Patrícia Silva Luz de Macedo	André Felipe Moura Alves
CAU/RO	Ana Cristina Lima Barreiros da Silva	Adson Jenner de Araujo Moreira
CAU/RR	Nikson Dias de Oliveira	Luiz Afonso Maciel de Melo
CAU/RS	Ednezer Rodrigues Flores	Clarice Castro Debiagi
CAU/SC	Daniela Pareja Garcia Sarmiento	Vânia Stephan Marroni Búrigo
CAU/SE	Ricardo Soares Mascarello	Karinne Santiago Almeida
CAU/SP	Nadia Somekh	Helena Aparecida Ayoub Silva
CAU/TO	Matozalém Sousa Santana	Luiz Hildebrando Ferreira Paz
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR		
	Valter Luis Caldana Júnior	Naia Alban Suarez



PRESIDÊNCIAS DOS CAU/UF (GESTÃO 2021-2023)

	PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE
CAU/AC	Dandara Cristtinny Brito Lima	Moisés de Souza da Silva
CAU/AL	Fernando Antonio de Melo Sá Cavalcanti	Hanah Maria Torres de Melo
CAU/AM	Jean Faria dos Santos	Cristiane Regina de Melo Sotto Mayor Fernandes
CAU/AP	Welton Barreiros Alvino	Adailson Oliveira Bartolomeu
CAU/BA	Neilton Dórea Rodrigues de Oliveira	Denise Marques da Silva
CAU/CE	Lucas Ribeiro Rozzoline Muniz	Henrique Alves da Silva
CAU/DF	Mônica Andréa Blanco	Pedro de Almeida Grilo
CAU/ES	Eliomar Venancio de Souza Filho	Liane Becacici Gozze Destefani
CAU/GO	Fernando Camargo Chapadeiro	Janaína de Holanda Camilo
CAU/MA	Hermes da Fonseca Neto	Lúcio Flávio Paiva e Paiva
CAU/MG	Maria Edwirges Sobreira Leal	Ademir Nogueira de Avila
CAU/MS	João Augusto Albuquerque Soares	Neila Janes Viana Vieira
CAU/MT	André Nör	Karen Mayumi Matsumoto
CAU/PA	José Akel Fares Filho	José Maria Coelho Bassalo
CAU/PB	Eduardo de Oliveira Nóbrega Filho	Giovanni Soares de Alencar
CAU/PE	Rafael Amaral Tenório de Albuquerque	Andreza Carla Procoro Silva Pereira
CAU/PI	Wellington Carvalho Camarço	Sergio Rodrigo Lebre Ferreira
CAU/PR	Milton Carlos Zanelatto Gonçalves	Thais Clementina Marzurkiewicz
CAU/RJ	Pablo Cesar Benetti	Noemia Lucia Barradas Fernandes
CAU/RN	José Jefferson de Sousa	Ana Zelia Maria Moreira
CAU/RO	Antonio Lopes Balau Filho	Rodrigo Selhorst e Silva
CAU/RR	Rodrigo Edson Castro Ávila	Eduardo Oliveira Marques
CAU/RS	Tiago Holzmann da Silva	Evelise Jaime de Menezes
CAU/SC	Patrícia Figueiredo Sarquis Herden	Silvy Helena Caprario
CAU/SE	Shirley Carvalho Dantas	Heloísa Diniz de Rezende
CAU/SP	Catherine Otondo	Poliana Risso Silva Ueda
CAU/TO	Silenio Martins Camargo	Valeria Ernestina De Oliveira

**CAU/BR**Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil

A sede do CAU/BR está localizada no Setor de Edifícios Públicos
Sul (SEPS), Quadra 702/902, Conjunto B, 2º Andar - Edifício
General Alencastro | CEP 70.390-025 - Brasília/DF.
Fone (61) 3204-9500

www.caubr.gov.br